

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
FACULDADE SERRA DA MESA
MESTRADO INTERINSTITUCIONAL EM CIÊNCIAS DA RELIGIÃO - MINTER**

**O ENSINO RELIGIOSO E A PROPOSTA DE REORIENTAÇÃO CURRICULAR
DO ESTADO DE GOIÁS EM 2009**

LUZENI MARTINS DA CUNHA

**URUAÇU-GO
2019**

LUZENI MARTINS DA CUNHA

**O ENSINO RELIGIOSO E A PROPOSTA DE REORIENTAÇÃO CURRICULAR
DO ESTADO DE GOIÁS EM 2009**

Dissertação de mestrado apresentada à coordenação em Ciências da Religião, da Pontifícia Universidade Católica de Goiás e Faculdade Serra da Mesa, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Ciências da Religião, sob a orientação do professor Dr. Edson Arantes Júnior.

Orientador: Prof. Dr. Edson Arantes Júnior

URUAÇU-GO

2019

C972e Cunha, Luzeni Martins da

O ensino religioso e a proposta de reorientação curricular do estado de Goiás em 2009 / Luzeni Martins da Cunha.-- 2019.

88 f.

Texto em português, com resumo em inglês

Dissertação (mestrado) -- Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Escola de Formação de Professores e Humanidades, Goiânia, 2019

Inclui referências: f. 86-88

1. Ensino religioso - Goiás (Estado). 2. Educação e Estado - Goiás (Estado). 3. Currículos - Mudança - Goiás (Estado). 4. Escolas públicas - Goiás (Estado). I. Arantes Junior, Edson. II. Pontifícia Universidade Católica de Goiás - Programa de Pós-Graduação em Ciências da Religião - 2019. III. Título.

CDU: Ed. 2007 -- 37.014.523(043)

LUZENI MARTINS DA CUNHA

**O ENSINO RELIGIOSO E A PROPOSTA DE REORIENTAÇÃO CURRICULAR DO
ESTADO DE GOIÁS EM 2009**

Dissertação de Mestrado Interinstitucional em Ciências da Religião - Minter - da Pontifícia Universidade Católica de Goiás / Faculdade Serra da Mesa, aprovada em 29 de março de 2019.

BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. Edson Arantes Junior / PUC Goiás (Presidente)
Docente Colaborador do PPGCR da PUC Goiás / UEG

Prof. Dr. Marcos Antonio Cunha Torres / UEG



Prof. Dr. Clóvis Ecco / PUC Goiás

Prof. Dr. Edmilson Ferreira Marques / PUC Goiás (Suplente)
Docente Colaborador do PPGCR da PUC Goiás / UEG



Prof. Dr. Manoel Gustavo de Souza Neto / UEG (Suplente)

URUAÇU-GO

2019

AGRADECIMENTOS

A Deus, ao meu esposo Dominato Rigo, aos professores e colegas do MINTER, Mestrado Em Ciências da Religião e ao orientador Prof. Dr. Edson Arantes Júnior

DEDICATÓRIA

Dedico esse trabalho ao meu filho Weldder Luís, aos meus pais, Benedito Martins da Cunha e Coraci de Assis Ludugero (in memoriam), aos meus irmãos, Jair Martins (in memoriam), sobrinhos, cunhados, tios e todos familiares.

“Nossas dúvidas são traidoras e nos fazem perder o que, com frequência, poderíamos ganhar, por simples medo de arriscar.”

William Shakespeare

“Quando penso que cheguei no meu limite, tenho forças para ir além.”

Ayrton Senna.

RESUMO

Essa dissertação entendeu o Ensino Religioso na rede pública do Estado de Goiás, tendo em vista a relação de dois pontos centrais: primeiramente a proposta curricular de 2009 e, em seguida, as práticas realizadas no Centro de Ensino Em Período Integral Polivalente Dr. Sebastião Gonçalves de Almeida na cidade de Uruaçu. Conseguimos assim compreender o Ensino Religioso e suas concepções e práticas morais. A partir desses pressupostos, realizamos uma investigação sobre a nova proposta deste ensino, tendo como problema de pesquisa: qual o sentido da proposta do governo do Estado de Goiás a partir de 2009 para o Ensino Religioso nas escolas públicas estaduais para a formação dos alunos, já que esses jovens recebem uma educação religiosa em suas famílias? Em relação a justificativa deste trabalho, está a necessidade de uma reflexão sobre os aspectos históricos do ensino religioso, realizando uma leitura de textos históricos, políticos e temáticos sobre o ensino religioso, tais como Azevedo (2004); Junqueira (2008, 2017) e Brandenburg. Para o desenvolvimento deste trabalho utilizamos uma pesquisa de cunho documental e observacional, neste sentido, a bibliografia para dar sustentação teórica e posteriormente uma parte documental para que possamos relacionar um tipo de informação com a outra para perceber como são conflituosas ou não. Assim, compreendemos a reorientação de 2009 para o ensino religioso, as práticas do ensino religioso e principalmente a aplicabilidade desta no Colégio Polivalente para perceber a aceitação ou rejeição por parte dos professores, alunos e pela própria comunidade escolar, que também é parte integrante da vida na escola. Portanto, compreendeu como o Ensino Religioso se manifesta no sistema de ensino em Goiás, partindo da ação dos padres jesuítas no contexto do Brasil Colonial, e posteriormente em Goiás; no término da pesquisa, compreendemos a proposta no CEPI – Colégio Estadual Polivalente.

Palavras-chave: Ensino Religioso; Reorientação Curricular; Educação; Polivalente.

ABSTRACT

This dissertation understood the religious teaching in public schools of the State of Goiás, in view of the relationship of two central points: first the curricular proposal of 2009 and then the practices performed in high school (CEPI) Teaching Center in Period General-purpose integral Dr. Sebastião Gonçalves on city of Uruaçu. We can thus understand the religious teaching and their moral conceptions and practices. From these assumptions, we carried out an investigation into this new proposal of this teaching, with the problem of research which the sense of the proposal of the Government of the State of Goiás from 2009 for religious teaching in public schools to the State training of students, as these young people receive religious education in their families? About the background of this work, is the need for a reflection on the historical aspects of the religious teaching, performing a reading of historical, political and thematic texts on religious education, such as Azevedo (2004); Junqueira (2008, 2017) and Brandenburg. For the development of this work, we use a search of observational documentary and, in this sense, the bibliography to give theoretical support and later a documentary part so we can relate a type of information with other to understand how are conflicting or not. So, we understand the reorientation to the religious education of 2009, religious education practices and especially the applicability of this in high school so we can understand the Polyvalent acceptance or not on the part of teachers, students and the community school, which is also an integral part of life at school. Therefore, understood as the religious education manifests itself in the education system in Goiás, from the action of Jesuit priests in the context of colonial Brazil and, later, in Goiás; at the end of the survey, we understand the proposal on CEPI-State College.

Keywords: Religious education; Curriculum Reorientation; Education; Multipurpose.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	8
2 HISTÓRIA E HISTÓRIA DO ENSINO RELIGIOSO NO BRASIL	
2.1 A Ocupação do Brasil Colonial e a Igreja Católica	13
2.2 -Os jesuítas e o ensino religioso	19
3 ENSINO RELIGIOSO EM GOIÁS: UMA ANÁLISE HISTÓRICA	
3.1-A origem do ensino religioso em Goiás	25
3.2-O Ensino Religioso na Escola Pública em Goiás	36
3.3- Resolução CCE nº 285, de dezembro de 2005	45
4 A PROPOSTA DE REORIENTAÇÃO CURRICULAR DO ESTADO DE GOIÁS DE 2009 E SUA APLICAÇÃO NA ESCOLA ESTADUAL POLIVALENTE DE URUAÇU	
4.1-A proposta de reorientação curricular em Goiás	54
4.2-As Práticas do Ensino Religioso no CEPI Polivalente – Uruaçu	62
4.3-A Aplicabilidade da Lei no Colégio Polivalente	75
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	83
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	86

1 INTRODUÇÃO

Essa dissertação tem o objetivo de compreender o Ensino Religioso na rede pública do Estado de Goiás, tendo em vista a relação de dois pontos: a proposta curricular de 2009 e as práticas realizadas no colégio (CEPI) Centro de Ensino Em Período Integral Polivalente Dr. Sebastião Gonçalves de Almeida na cidade de Uruaçu. Neste trabalho, iremos lançar mão de um conjunto variado de autores e suas concepções teóricas sobre a presença do Ensino Religioso para que possamos perceber a partir da legislação educacional brasileira e de Goiás, qual o sentido dessa mudança curricular proposta em 2009, e a análise de um caso de aplicação da mesma.

Nesta perspectiva é interessante notar que, geralmente, os indivíduos buscam uma educação em que possam formar valores coerentes, sendo assim, o Ensino Religioso e suas concepções e práticas morais apresentam contribuições. Com esse conhecimento aguçado os indivíduos podem ter novas visões sobre o mundo e a sociedade.

A partir deste objetivo central com alcance teórico, definimos alguns objetivos específicos de abrangência mais empírica na confecção dessa dissertação de mestrado: a) discutir, a partir da mudança curricular do Estado de Goiás de 2009, como são ministradas as aulas de Ensino Religioso, especificamente no Colégio Polivalente; b) questionar o lugar da disciplina na educação e na formação de valores morais e religiosos, c) identificar a proposta da disciplina de ensino religioso a partir do documento de 2009.

A função social da escola é a formação integral do cidadão, mas para que isso possa ocorrer de forma eficiente deve atender suas necessidades, bem como a sua realidade, pois assim a educação estaria cumprindo uma função integradora, na qual o Estado possa ser o seu organizador e financiador, como é o caso analisado neste trabalho.

A partir de 2007, a Secretária de Estado da Educação reuniu uma equipe de técnicos pedagógicos que participaram de vários encontros de discussão/reflexão sobre o currículo do Estado de Goiás.

Esses momentos contavam com a participação de professores, duplas pedagógicas e coordenadores pedagógicos de várias Subsecretarias Regionais de Educação, além da participação da equipe da área de Matemática e demais áreas do conhecimento da Superintendência do Ensino Fundamental (SUEF), atualmente, Superintendência de Educação Básica (SUEBAS). Esse trabalho contou com a assessoria de professores

de Matemática [e de outras áreas do conhecimento] da Universidade Federal de Goiás (UFG), Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC – Goiás) e pesquisadores do Centro de Estudo e Pesquisa em Educação Cultura e Ação Comunitária (CENPEC), sendo financiado pelo poder público em parceria com a Fundação Itaú Social (FARIA & CHAVES, 2011: 2).

Esse grupo de especialistas, em diálogo com a comunidade educacional do Estado de Goiás elaborou uma proposta de reorientação curricular que culminou na publicação de um documento em 2009. Nessa proposta a Secretária de Educação fez uma interessante proposta de currículo para a Educação Religiosa nas Escolas da rede Estadual de Goiás. A proposta de Ensino Religioso foi redigida pelas professoras da rede estadual Arminda Maria de Freitas Santos (SUEF), Eusa Reynaldo da Silva (SUEF), Veronice Aparecida de Lobo Miranda (SUEF) coparticipação de professores do 6º ao 9º ano da rede. Esta informação desvela-se interessante, uma vez que as professoras não são acadêmicas, mas trabalhadoras da educação básica, essa equipe teve a assessoria do professor Eduardo Gusmão de Quadros (Ensino Religioso/PUC/GO) e Darcy Cordeiro (Ensino Religioso/CIERGO). Esses especialistas estão vinculados a PUC-GO com sólida formação em ciências da religião.

Neste sentido torna-se necessário realizar uma investigação sobre essa nova proposta, assim o problema de pesquisa é o seguinte: qual o sentido da proposta do governo do Estado de Goiás a partir de 2009 para o Ensino Religioso nas escolas públicas estaduais para a formação dos alunos, já que esses jovens recebem uma educação religiosa em suas famílias? A partir desse problema, podemos pensar e ampliar as possibilidades de compreensão da nova forma de organização dessa disciplina no âmbito escolar.

O interesse em estudar esse tema, diz respeito também a uma análise que é importante no sentido de possibilitar tanto à escola, e aos alunos e demais integrantes da instituição escolar uma visão mais ampla sobre o Ensino Religioso, já que se insere em uma perspectiva histórica e social.

Podemos afirmar que as aulas de ensino religioso, tem diversas possibilidades para o professorado, bem como aos alunos que integram esse ambiente, pois envolvem a formação de valores morais em relação as mais variadas formas religiosas, que de fato irão gerar mais reflexões sobre esse tema.

No que diz respeito a uma hipótese para pensarmos neste trabalho, é preciso que possamos compreender historicamente o papel da formação religiosa no Brasil, principalmente vinculada a Igreja, e posteriormente uma formação educacional desvinculada desta instituição. Por consequência, mesmo sendo a escola e o Estado

laicos, o tema do ensino religioso é retomado no âmbito educacional, esta premissa se confirma com a medida do governo de Goiás para inserir o ensino religioso em 2009. Todavia, é preciso perceber que, desde o Decreto 119-A de 1890, o qual proíbe o padroado no ensino, e posteriormente com a Constituição Federal de 1988 no seu artigo 19 e inciso primeiro, que é vedado à União, aos Estados e Municípios estabelecer cultos religiosos ou igrejas e de manter relações com essas organizações religiosas dentro das escolas.

Neste sentido, podemos dizer que mesmo o Estado se colocando numa posição de laicidade, bem como a escola, é possível perceber que essa proposta inicialmente visa atender aos interesses das igrejas no sentido da defesa do ensino religioso nas escolas goianas. A escola que visa a formação de cidadãos, tem também o interesse em formar esse mesmo indivíduo vinculado aos valores morais religiosos e dogmas de religiões diferentes.

Em relação a justificativa deste trabalho, torna-se importante uma pesquisa com essa proposta, a partir do momento em que visa historicamente estudar aspectos do ensino religioso como objeto de pesquisa, que se torna aqui uma fonte de reflexão, principalmente pela ação dos atores envolvidos.

O ensino religioso como fonte de pesquisa é um tema relevante, que interage com diversos campos do saber científico, por exemplo com a Ciência da Religião, a Educação, a História, a Sociologia e a Antropologia. Por outro lado, uma pesquisa como esta, tem sua riqueza em possibilitar as Ciências da Religião a pensar esse objeto de pesquisa em termos mais amplos.

E por fim, esta pesquisa tem uma natureza social, histórica e educacional, que visa também fornecer e produzir informações importantes para a realização de outras pesquisas, já que se trata de um campo muito amplo para os pesquisadores das mais variadas escolas e perspectivas de estudos.

Outro fator importante desta pesquisa, é a questão teórica, pois a partir de diversos autores na qual vamos pesquisar, será possível perceber como estes trabalham as questões voltadas para a compreensão do objeto a ser pesquisado. Neste caso, podemos citar alguns que irão contribuir com esta pesquisa em termos teóricos, como é o caso de Azevedo (2004); Junqueira (2008) e (2015); Brandenburg, Klein e Junqueira (2017), mas também outros autores importantes que ainda serão citados neste trabalho.

Trata-se de uma pesquisa de cunho documental e observacional, pois iremos trabalhar o que nos permitirá uma investigação sobre as propostas para o ensino

religioso em Goiás nas escolas da rede pública. Assim, será consultada uma bibliografia para dar sustentação teórica e posteriormente uma parte documental¹ para que possamos relacionar um tipo de informação com a outra para perceber como são conflituosas ou não.

Torna-se importante afirmar que as leituras referentes a este objeto de estudo, estão relacionadas com as Ciências da Religião que são a sua base, mas também com textos de cunho histórico, social e de humanidades em geral, pois assim, teremos fontes confiáveis e de relevância no sentido da realização do estudo.

Sabemos que historicamente, as fontes de pesquisas, são renovadas, pois é necessário cada vez mais que as ciências humanas possam ter acesso às suas formas atuais e a partir de seus estudos, trazer informações para a pesquisa em Ciências da Religião, da História e demais ciências deste ramo.

O tema ensino religioso vinculado a um estudo científico, como é o caso proposto por este estudo, vai nos possibilitar entender a ação tanto por parte do Estado que tem interesses na educação, quanto no que diz respeito aos alunos, professores e todos aqueles que interagem no ambiente escolar.

Para uma melhor compreensão do nosso objeto de pesquisa, fizemos em nosso trabalho a seguinte divisão em capítulos. Assim, o primeiro capítulo deste trabalho, busca então, realizar uma investigação histórica do ensino religioso no Brasil, buscando analisar primeiramente a ocupação do Brasil Colonial, para depois compreender a ação da Igreja Católica nesse contexto, mas principalmente suas práticas religiosas. Logo depois, abordaremos a figura dos jesuítas e como estes realizavam o ensino religioso, pois foram os primeiros a organizarem a educação dos nativos, tal processo foi intitulado de catequese e posteriormente esses padres foram capazes de organizar todo um sistema de ensino no país.

No segundo capítulo, temos como proposta, realizar uma análise sobre o ensino religioso em Goiás, pensando sua história e como este foi sendo tratado ao longo do desenvolvimento histórico do Estado, pois assim, conseguiremos perceber de forma mais ampla como ocorreu a implementação dessa forma de ensino ainda presente na realidade goiana. Propomos analisar como o ensino religioso foi instituído em escolas públicas. Neste ínterim, podemos observar como historicamente ocorreram os diversos debates sobre esta disciplina que se tornou também importante no currículo escolar aqui em Goiás ao longo da história.

¹ Na parte documental, será analisada a documentação referente a proposta da mudança curricular de 2009 do Estado de Goiás.

No terceiro capítulo, temos como objetivo, realizar uma investigação sobre a proposta de reorientação de 2009 do Estado de Goiás, que foi introduzida pela Secretaria de Educação, e perceber os reais objetivos de sua implementação e ainda a sua aplicabilidade no Colégio Estadual Polivalente.

Neste sentido, iremos discutir a referida proposta, ou seja, a reorientação para o ensino religioso de 2009, as práticas do ensino religioso e principalmente a aplicabilidade desta no Colégio Polivalente para podermos perceber a aceitação ou não por parte dos professores, alunos e da própria comunidade escolar, que também é parte integrante da vida na escola.

A escola é um espaço de formação social e acadêmica em termos de saber, mas historicamente, em diversos momentos, foram instituídas formas distintas de conhecimento. Isso engloba o ensino religioso, que insistentemente retorna para essas instituições, principalmente quando estamos falando de uma escola “laica” e distinta das formas religiosas, sejam elas, cristãs e não cristãs.

Mas por outro lado, quando falamos em formação escolar, não inserimos a formação religiosa a partir de uma disciplina, mas em vários momentos da história do Brasil, visto que governos e demais instituições acabaram propondo essa forma educacional, que é a educação religiosa.

Portanto, esta pesquisa tem como proposta a busca para compreender como o Ensino Religioso se manifesta no sistema de ensino em Goiás. Nossa análise começa a partir da ação dos padres jesuítas no contexto do Brasil Colonial, e logo depois em Goiás e por último chegamos ao nosso objeto de pesquisa propriamente dito, que é a aplicabilidade da proposta na Escola Estadual Polivalente.

2 HISTÓRIA E HISTÓRIA DO ENSINO RELIGIOSO NO BRASIL

2.1 A OCUPAÇÃO DO BRASIL COLONIAL E A IGREJA CATÓLICA

Sabemos que historicamente a Igreja Católica exerceu um forte poder durante todo o período colonial e que foi uma instituição social presente em todo esse processo de ocupação e formação da sociedade brasileira. Desde as primeiras expedições aqui em território brasileiro, estiveram presentes grupos de religiosos que vinham para apoiar os navegadores em suas expedições, mas a presença dos padres tinha o objetivo de catequisar os nativos. Essa proposta estava vinculada a conjuntura religiosa europeia que enfrentava a reforma religiosa, nesse sentido a catequese do novo mundo é uma das ações de Roma naquilo que os historiadores chamam de contrarreforma.

Como a ocupação e a colonização brasileira foi um processo que durou mais de três séculos, os colonizadores tiveram tempo suficiente para de alguma forma possibilitar a inserção de seus valores e de sua cultura. Neste contexto, podemos inserir as práticas religiosas católicas, pois a Igreja esteve presente durante todo esse processo que diz respeito ao território brasileiro.

Então, nesse ponto, realizaremos uma abordagem sobre a Igreja Católica e suas missões, principalmente aquelas ligadas a Companhia de Jesus, a ordem religiosa dos Jesuítas, aprovada pelo Papa Paulo III, por meio da bula papal *Regimini militantis Ecclesiae*, sendo Inácio de Loyola seu primeiro superior. Por conseguinte, trata-se de uma ordem religiosa com duas fortes características, de um lado a formação militar e por outro a rigorosa formação intelectual.

A Companhia de Jesus foi fundamental como contribuinte no ensino na América Portuguesa, pois seus agentes colaboraram de forma crucial para a formação do sistema educacional, mesmo com suas limitações como iremos perceber ao longo desse texto².

Desde a expedição chefiada por Pedro Álvares Cabral, a Igreja e suas missões já estavam presentes. O objetivo da Igreja na instalação da empresa comercial brasileira, utilizando termo de Prado Júnior (2004) estava claro, que era o de instituir a religião católica aqui nos trópicos e ao longo desse período vai cada

² A questão da formação do Brasil, temos sua invenção a partir de 1822 com o processo de independência que ocorreu nesse contexto.

vez mais se inserindo e conseguindo a partir de suas missões e ordens religiosas, colocar em prática todo seu projeto de inserção da religião católica nas novas terras.

Está presente nesse discurso o interesse desde o princípio da ocupação do país a instituição da religião católica, pois os portugueses, também tinha interesses em não somente difundir, mas impor sua religião as terras recém conquistadas e nesse sentido implementaram ações com essa finalidade. De acordo com esse ponto de vista, a colonização do Brasil pelos europeus foi motivada acima de tudo por prioridades espirituais, pois visava a conversão dos nativos, à expansão da Igreja e à difusão do catolicismo entre aqueles que “viviam na escuridão”.

Inicialmente a ação dos padres católicos, visava a conversão da população indígena ao catolicismo, pois seu objetivo era fazer com que os nativos passassem a respeitar os valores e dogmas da religião católica, mas essas práticas serão conflituosas. Ao impor esse novo tipo de religião aos indígenas, esses fazem resistência, mas por outro lado, os padres católicos utilizavam várias estratégias para trazer os nativos para o lado do catolicismo. Nestas relações, os castigos físicos e morais são utilizados, pois as autoridades religiosas, passam de alguma forma a dominar esse meio usando a força física para atingir seus objetivos.

Outro ponto importante que está associado a catequese dos indígenas inicialmente, é o trabalho escravo na qual o europeu tenta impor a essas populações, mas que estes irão resistir. Assim, está claro que trabalho escravo e catequizações estão interligados no contexto do Brasil Colonial. Para o branco europeu, são duas atividades importantes no princípio de ocupação do novo território, mas esses não medirão esforços para atingir seu objetivo.

Esse fato é interessante, pois os portugueses mandaram buscar seus padres, que chegaram e ergueram cruzeiros e começaram a doutrinar o nosso povo e a batizá-lo. Mais tarde, os portugueses disseram que nem eles nem seus padres podiam viver sem escravos para servi-los e trabalhar para eles. Essa visão equipara evangelização com a exploração e escravidão. Havia nas colônias portuguesas o sistema de padroado, onde a administração eclesiástica é dada a uma autoridade civil, o que era comum nos países ibéricos desde o século XIII.

Na verdade, a presença dos padres, vai ser uma constante em toda a história de ocupação e colonização do Brasil, isto quer dizer que a presença desses foram fundamentais neste processo. Assim, os símbolos que caracterizam o catolicismo passaram a estar presentes no cotidiano dos indígenas, principalmente no que diz respeito aos dogmas católicos, logo depois os batismos serão comuns. As práticas

dos padres jesuítas no Brasil, estavam ligadas ao poder central da coroa portuguesa e conseqüentemente ao papa chefe central da Igreja Católica.

Essa forma de inserção da religião católica, está associada a práticas de imposição pela força, de formas até então não conhecidas pelos indígenas, pois estes tinham um modo de vida bem diferente daquele que existia na Europa, fato este que vai fazer com que os indígenas venham a negar tais práticas. Era um modo e modelo de vida distintos, pois os deuses e princípios morais indígenas, também eram diferentes.

Neste caso, podemos começar a compreender todo o processo de catequização dos indígenas a partir das missões das ordens religiosas católicas que atuavam aqui no Brasil no período colonial. Seu trabalho se deu durante um longo período, praticamente em todo momento em que os portugueses estiveram presentes no território brasileiro, pois assim, podemos destacar essas práticas que foram importantes para a imposição do modo de vida dos portugueses nos trópicos:

O processo de evangelização no Brasil colonial, disseminado no curso de três séculos, realizou-se em cinco movimentos, ou ciclos, correspondentes às cinco áreas de colonização: a faixa litorânea (especialmente o Nordeste); seu interior; o Maranhão e o Pará (o Amazonas); Minas Gerais e o Oeste; e São Paulo e o Sul. A atividade missionária foi empreendida por quatro ordens religiosas – jesuítas, franciscanos, carmelitas e beneditinos – sob a égide do Padroado Real de Lisboa, e por duas outras ordens: capuchinhos e oratorianos, que dependiam da Propaganda *Fide*³ em Roma (fundada em 1622 com o objetivo de centralizar a obra missionária da Igreja Católica e contestar o padroado em Portugal e o patronato⁴ na Espanha (BETHELL, 1998, p. 553-554).

Podemos perceber nas palavras do autor acima, que foi um longo período de atuação das missões⁵ no Brasil, ou seja, três séculos, pois é um período no qual eles tiveram tempo para se organizar de acordo com seus interesses, que eram ligados ao da Igreja Católica e da coroa. Outro fator importante é que essas estiveram presentes em todas as regiões ocupadas, pois o objetivo era cada vez mais amplo, onde este foi sendo consolidado a partir da expansão do povoamento interno do país.

Essas missões, eram controladas pela Igreja em Portugal, mas gerou alguns conflitos com a central em Roma, pois o Papado⁶, também queria estabelecer

³ Era um tipo de propaganda que existia por parte da Igreja Católica para divulgar a fé católica pelo mundo, essa foi uma prática existente durante o período colonial no Brasil.

⁴ No Brasil colonial, esse termo se refere a um grupo específico, que eram os proprietários de terras e que detinham amplos poderes sobre a produção agrícola e eram detentores de escravos.

⁵ Eram um tipo de organização da Igreja para poder realizar a catequização dos indígenas no período colonial. Essas missões desempenharam papel importante, não só no âmbito da religião, mas também de ordem social e educacional.

⁶ Diz respeito a organização central da Igreja e suas lideranças que estão presentes na cidade de Roma na Itália, pois essa forma de organização da Igreja é historicamente bem definida.

controle sobre as missões realizadas aqui. Portugal por ser um país católico tinha que dar satisfações dos trabalhos para a sede da Igreja Católica na Itália.

No princípio das ocupações e logo com o processo de colonização, essas missões intitularam as religiões indígenas como formas de idolatrias. Os missionários procuravam exorcizar todo vestígio do que fosse encarado como idolatria, superstição e desvio da “santa fé católica”. Na sua forma de imposição, as missões irão negar a cultura, os valores e a forma de organização dos indígenas em termos de sua autonomia em relação ao seu modo de vida. O grande desejo dos missionários, era fazer com que os indígenas a partir do contato com esses agentes e sua religião, passassem a valorizar a fé católica e respeitar os dogmas da igreja.

Gilberto Freyre em sua obra “Casa Grande & Senzala”, nos possibilita uma compreensão sobre alguns aspectos importantes sobre a colonização no Brasil e a ação dos jesuítas nesse período. Desta forma, Freyre (2000) afirma que pela presença de um tão forte elemento ponderador como a família rural ou antes, latifundiária, é que a colonização portuguesa no Brasil tomou desde cedo rumo e aspectos sociais tão diversos.

A Companhia de Jesus esteve presente em várias regiões da América, tanto Central e do Sul, no sentido de implementar suas ações para a catequização dos indígenas e demais projetos voltados para auxílio da coroa portuguesa. Esses padres jesuítas desenvolveram diversas atividades aqui nos territórios ocupados, dentre elas as religiosas, as obras sociais e educacionais.

Em relação aos jesuítas, podemos analisar mais algumas informações da obra de Freyre (2000), que apontam ações importantes no que diz respeito a colonização aqui no Brasil.

Os jesuítas foram outros que pela influência do seu sistema uniforme de educação e de moral sobre um organismo ainda tão mole, plástico, quase sem ossos, como o da nossa sociedade colonial nos séculos XVI e XVII, contribuíram para articular como os educadores o que eles próprios dispersavam como catequistas e missionários. Estavam os padres da S.J em toda parte; moviam-se de um extremo ao outro do vasto território colonial; estabeleciam permanente contato entre os focos esporádicos de colonização, através da “língua geral”, entre os vários grupos de aborígenes. Sua mobilidade, como a dos paulistas, se por um lado chegou a ser perigosamente dispersiva, por outro lado foi salutar e construtora, tendendo para aquele “unionismo” que o professor João Ribeiro surpreendeu uma das grandes forças sociais da nossa História (FREYRE, 2000, p. 100-101).

Foi nesse contexto do início da ocupação que os jesuítas puderam desenvolver suas atividades e de forma mais ampla, implementar um conjunto de

ações a partir de sua organização religiosa. Como era uma sociedade em formação, onde não havia uma organização social, política, educacional, religiosa com predominância europeia, esses encontraram caminho aberto para poder continuar seu trabalho sem tantas dificuldades, fato este que fizeram dos jesuítas um braço forte da coroa durante o período da colonização brasileira.

Como bem aponta Freyre (2000) os jesuítas estiveram presentes desde o início da ocupação do território brasileiro e posteriormente estiveram em diversas regiões, onde fundaram escolas, conventos e demais obras sociais no sentido de atender aos seus interesses e aos da Igreja Católica que precisava cada vez mais ampliar seu poder e quantidade de fiéis. No caso dos indígenas, esses foram aos poucos sendo inseridos no processo de catequização/educação, pois os padres jesuítas já tinham experiências com esse tipo de atividade.

Gilberto Freyre ao analisar os vários aspectos da colonização, vai nos orientar em um sentido histórico e social. Assim, Freyre (2000) diz que o Brasil se formou, despreocupados dos seus colonizadores da unidade ou pureza de raça. Durante quase todo o século XVI a colônia esteve escancarada a estrangeiros, só importando às autoridades coloniais que fossem de fé ou religião católica.

Podemos perceber que para ser admitido como colono do Brasil no século XVI a principal exigência era professar a religião cristã: “somente cristãos” e em Portugal isso queria dizer católicos – “podiam adquirir sesmarias”. No que diz respeito à nacionalidade, os católicos estrangeiros podiam emigrar para o Brasil e aí estabelecer-se.

Segundo Reimer (2013) em termos de formatação da cultura e da religião no Brasil, convém destacar a celebração da instituição do “patronado” entre o Reino de Portugal e a Santa Sé em 1551. De forma similar ao que fora feito com os “reis católicos” espanhóis, a Santa Sé outorgava ao rei de Portugal os poderes de patrono e protetor das Igrejas. Essas relações estão bem evidentes ao longo das ações dessas duas instituições aqui na colônia.

Assim, através desse tipo de interesse em trazer cada vez mais católicos para os trópicos foi ganhando força o discurso de catequização e ampliação das formas religiosas da Igreja Católica, e também intensificando o interesse de difundir em toda a colônia esse tipo de pensamento, que vai ser um dos fortes elementos de todo o processo de colonização.

Nesse processo de colonização e ocupação do novo território, a ação dos padres jesuítas em favor da catequização vai ser muito forte. Assim, para Freyre

(2000), foi através de certas épocas coloniais que se observou a prática de um frade a bordo de todo navio que chegasse a porto brasileiro, a fim de examinar a consciência, a fé, a religião do adventício. O que barrava então o imigrante era a heterodoxia; a mancha de herege na alma, pois se fazia questão da saúde religiosa.

Ainda sobre os jesuítas e suas missões, outra referência é Sérgio Buarque de Holanda, que vai trazer algumas informações importantes para o nosso trabalho. Assim, o autor aponta que:

Foram os jesuítas que representaram, melhor de que ninguém, esse princípio da disciplina pela obediência. Mesmo em nossa América do Sul, deixaram disso exemplo memorável com suas reduções e doutrinas. Nenhuma tirania moderna, nenhum teórico da ditadura do proletariado ou do Estado totalitário, chegou sequer a vislumbrar a possibilidade desse prodígio de racionalização que conseguiram os padres da Companhia de Jesus em suas missões (HOLANDA, 1995, p. 39).

Esse vai ser um dos pontos importantes de todo o sistema jesuítico de educação, isto quer dizer, educar pela disciplina e pela obediência, onde os castigos morais e físicos são constantes. Seu sistema de doutrinação, foi muito forte no que diz respeito à educação e a catequização dos indígenas em todo o processo de ocupação do território brasileiro. De fato, sua obra e ações, foram importantes para a formação da sociedade brasileira, mesmo com práticas autoritárias e violentas, mas de alguma forma contribuíram com a formação de uma moral religiosa católica e posteriormente com um sistema de ensino, mas que teve resistência por parte de negros e índios que tinham valores distintos daqueles que eram impostos pelos europeus colonizadores.

É desse sistema de ensino que vamos tratar no item seguinte deste trabalho, pois o principal objetivo destes após a instituição dos valores morais religiosos, era a educação, mas de alguma forma a catequização estava vinculada à educação. Assim, os jesuítas são os precursores de uma forma de ensinar no Brasil Colonial.

2.2 OS JESUÍTAS E O ENSINO RELIGIOSO

Nesta parte do trabalho temos como proposta fazer uma investigação sobre o ensino religioso a partir da concepção dos jesuítas, já que esses foram os primeiros a instituírem um sistema de ensino no Brasil ainda no período colonial. Como foi colocado em alguns momentos no item anterior, são questões voltadas para as práticas religiosas destes e suas contribuições para o sistema colonial vinculado aos portugueses.

Suas ações na colônia tinham o objetivo de catequizar os indígenas e sua educação, voltada para a obediência dos valores morais e religiosos da Igreja e a implementação de relações de trabalho por parte dos portugueses colonizadores e a partir daí dominar de forma completa os povos colonizados.

Então, neste item, temos que perceber algumas mudanças históricas na forma de ministrar essa disciplina, pois não é possível confundi-la com as práticas dos jesuítas, por isso, essas diferenças são importantes. Só como informação inicial, o ensino religioso pode ser ministrado de duas formas: a primeira confessional, quando se ministra as aulas com informações de cunho exclusivista tendo por base somente uma religião ou a segunda como sendo plurirreligiosa ou interconfessional, quando se ministra informações sobre os principais grupos religiosos ou religiões em geral, independentemente de sua origem ou doutrina.

Então, desde a chegada dos portugueses colonizadores, temos o início do ensino da religião em forma de catequização dos indígenas pelos jesuítas, pois passou a fazer parte do projeto de colonização, de exploração e dominação dos grupos sociais que aqui existiam, constituindo assim, o contexto social e cultural. Essas práticas irão ser inseridas no período colonial, imperial e ainda perpassa toda a república brasileira, mas de forma distinta em cada período histórico.

Sobre o papel dos jesuítas no desenvolvimento do sistema de ensino brasileiro, pode ser compreendido da seguinte forma:

Nos primeiros dois séculos da história da educação nacional couberam a Igreja, e quase exclusivamente aos jesuítas, todo o encargo pela organização e efetivação da educação na colônia. Apesar de outras ordens religiosas também dedicarem-se a atividade de ensino foram os religiosos da Companhia de Jesus a lograrem maior êxito em sua empreitada. Tratava-se de uma ação completamente sistematizada e articulada que possibilitou aos estudiosos da História da Educação brasileira apontar essa articulação religiosa-pedagógica como um sistema de ensino (MOTA, 2015, p. 75).

Neste fragmento, podemos notar como os padres jesuítas estiveram fortemente ligados desde o princípio à educação no Brasil. Esse período remonta os primeiros passos da formação de um sistema de ensino no país, isto quer dizer, da catequização dos indígenas. A forma de organização era da igreja, onde os padres jesuítas tinham como papel ou função a catequização dos índios, colocavam em prática todo o processo de inserção dos indígenas no que diz respeito e posteriormente a uma educação mais sistematizada.

Neste sentido, é reconhecido pelos historiadores da educação no Brasil, como Noronha e Ribeiro (1995) e Romanelli (2009) que toda essa estrutura organizada

pela Igreja e colocada em prática pelos jesuítas, integravam um sistema de ensino, ou seja, o primeiro existente em solo brasileiro. Como é apontado pelo autor acima, existiram a presença de outras ordens religiosas, mas foram os jesuítas capazes de colocar em evidência esse sistema como forma de educação dos nativos.

Para Noronha e Ribeiro (1994) destacam que os jesuítas montaram na colônia, nos moldes europeus, um sistema de ensino que pouco ficava a dever ao seu modelo inspirador. Esse fato é muito importante, pois na concepção das autoras acima, esse modelo é satisfatório para as necessidades na colônia. Mas por outro lado é verificado que as condições econômicos-sociais da colônia não favoreciam o desenvolvimento de algo semelhante ao que hoje, e na época em países mais adiantados, se denomina ensino público popular.

Segundo Mota (2015) o reconhecimento de que havia um sistema de ensino no Brasil, pode ser entendido pelo conjunto da obra educacional jesuítica, haja vista a organicidade e domínio territorial que alcançavam. Essa estrutura permaneceu estável por 210 anos. Sem nenhuma modificação significativa a educação colonial seguiu seu curso, enquanto projeto permeado por práticas pedagógicas catequéticas. Esse projeto servia para a conversão e adaptação dos indígenas à cultura branca.

Ainda na visão de Noronha e Ribeiro (1994) afirmam que quanto a situação do ensino na colônia, foi encontrada uma solução paliativa, através das chamadas “aulas régias”, que eram aulas avulsas, sustentadas por um novo imposto colonial, o “subsídio literário”, paradoxalmente criado treze anos após o decreto que as instituíra em 1772.

É possível perceber esse sistema de ensino sendo colocado em prática a partir do contato dos jesuítas com os nativos, e foi desse contato que essas formas de educação foram sendo desenvolvidas. Era um tipo de educação conservadora e autoritária, por isso, as mudanças não eram significativas, onde a pressão e opressão eram comuns. Uma das intenções dos jesuítas era a catequese dos índios no sentido de fazê-los católicos e acreditar em uma religião até então distinta das formas religiosas dos nativos.

Ainda segundo Mota (2015) antes mesmo do Ato de Expulsão dos Jesuítas, ocorrida pela Lei de 3 de setembro de 1759, o Marquês de Pombal empreendeu as primeiras reformas na educação. Assim, com a proclamação do Alvará de 28 de junho de 1759, nota-se certa transformação, pelo menos em âmbito organizacional. Esse alvará decretou o fechamento dos colégios jesuíticos e impunha um novo modelo de educação, voltado para os interesses da coroa portuguesa.

Romanelli (2009) aponta que as incursões pelo campo da História da Educação Brasileira ajudam a elucidar historicamente a origem e a formação do sistema de ensino brasileiro, desde os jesuítas, pois segundo ela, ocorreram poucas mudanças na forma de encarar a educação, mas destaca o papel dos padres no processo de formação da escola e do sistema de ensino brasileiro.

Desta maneira, os jesuítas estiveram ligados à Igreja e a coroa e ao mesmo tempo desenvolveram atividades religiosas e educacionais, mas também administrativas, pois estes foram parte integrante da ação colonizadora, ou seja, foram também colonizadores. Desenvolveram atividades sociais e econômicas, ao mesmo tempo que atuaram para a ampliação das formas de controle dos colonizadores.

Ao longo de sua estadia aqui nos trópicos, puderam realizar um projeto educacional e religioso, fundaram igrejas e escolas, ao mesmo tempo em que instituíram formas de educação ligadas a religião, mas também tiveram problemas tanto com os indígenas, como com outros integrantes da sociedade, pois ao longo do período colonial, suas ações estiveram ligadas ao mundo urbano, como é o caso das igrejas e das escolas. Esses conflitos dizem respeito a não aceitação de suas doutrinas e dogmas, que normalmente eram instituídos a partir de certo autoritarismo.

Por isso, foram expulsos do país depois de um longo período de desenvolvimento de suas atividades, mas que de alguma forma, ficou marcado pela questão religiosa ou educacional. Ainda há traços característicos dos jesuítas no Brasil, sejam em seus seminários, igrejas, escolas ou outras obras sociais na qual essa ordem realizou aqui em nosso país ao longo de seus 200 primeiros anos, como depois com o desenvolvimento da sociedade brasileira em termos de historicidade.

Foi assim, que na concepção de Mota (2015) que o alvará citado decretou o fechamento dos colégios jesuíticos e impunha um novo modelo de educação, voltado para os interesses da coroa portuguesa. Foram instituídas as aulas régias que a partir de então seriam subvencionadas pela Coroa. “Leigos” começaram a ser introduzidos no ensino e o Estado assumiu, pela primeira vez, os encargos da educação.

O fechamento dessas escolas de cunho religioso e jesuítico, ocorreu por conta dos vários problemas que estes passaram a ter durante o processo de colonização. Havia uma necessidade por parte da própria sociedade brasileira, de novas formas e práticas educacionais, pois a educação jesuítica já dava sinais de “esgotamento”. Era necessário agora, um novo sistema de ensino e essas pequenas reformas, começam a apontar novos caminhos para a educação do povo brasileiro.

Por outro lado, há uma grande insatisfação com os padres jesuítas e dessa maneira, podemos citar mais alguns desses problemas no sentido de evidenciar mais elementos sobre tais.

Por ordem real, os padres da Companhia de Jesus, foram “tidos, havidos e reputados como desnaturalizados, proscritos, e exterminados do território português e de todas as terras do além mar. Apesar da expulsão e posterior supressão da Companhia de Jesus, constata-se, no entanto, que, a expulsão dos jesuítas não gerou mudanças significativas no modelo educacional (MOTA, 2015, p. 76).

Sintetizando essas ideias, os padres jesuítas foram expulsos do país por ordem do rei de Portugal, mas seu projeto ainda permanece de alguma forma dentro do país. Como foi citado em outro momento, essas pequenas reformas não irão dar conta de implementar um novo modelo de educação no país. Para que mudanças mais amplas acontecessem, foram necessárias diversas outras reformas no âmbito da educação regular e religiosa.

Assim, podemos perceber de forma clara, toda uma herança deixada pelos padres jesuítas aqui no território brasileiro, pois como foi percebido ao longo desse capítulo, sua obra foi grandiosa, mesmo com os seus problemas e conflitos locais. Essa herança está presente em vários momentos da história do Brasil, tanto na Colônia, Império e República, pois mesmo sendo críticos das práticas religiosas e educacionais dos padres jesuítas, não devemos negar seu legado e trabalho.

Mota (2015) destaca que, ainda podemos recordar de que os jesuítas mantiveram, além de colégios para a formação de seus sacerdotes, seminários para a formação do clero secular. Era esse o clero que atuava principalmente em fazendas de onde ele proviera, constituído, como era, de filhos das famílias proprietárias. Foram estes que formaram a massa de tios-padres e capelães de engenho e que, por exigência das fundações, foram também os mestres-escolas ou preceptores dos filhos da aristocracia rural.

Assim, podemos ver a presença da obra histórica dos jesuítas, mesmo após a sua expulsão do país. Esses mantiveram uma vasta organização de escolas, seminários e outras entidades que puderam marcar sua passagem pelo Brasil. Estes agentes religiosos precisavam formar outros padres e capelães para que sua obra não ficasse esquecida e assim, conseguir continuar com suas missões.

A partir do século XVIII, várias reformas educacionais serão instituídas, mesmo que não tendo o efeito esperado. Dentre essas reformas podemos citar a do Marquês de Pombal e a do Alvará que já propunha mudanças. Entretanto, na

concepção de Mota (2015) apesar da reforma preconizada no alvará, em Portugal o percurso se fazia lentamente; e no Brasil era um pouco mais. Para se ter uma ideia, em 1765 ainda não havia sido nomeado nenhum professor público no Brasil, embora o concurso já houvesse acontecido há cinco anos.

Desta maneira, podemos ver que as reformas não irão ser um sucesso, pois tudo acontece de forma muito lenta, tanto em Portugal que era a metrópole, como na Colônia. Ainda seria necessário esperar um pouco mais por mudanças significativas na forma de organização e gestão da educação brasileira.

Outro ponto importante a ser destacado, é que não havia professores públicos, isto quer dizer que o Estado não era o grande responsável pela educação nesse período. A educação ocorria informalmente e nas escolas jesuíticas, pois esses foram responsáveis por um longo período da educação no Brasil. Essas mudanças eram necessárias, porque a sociedade estava passando por mudanças e novas ideias que chegavam da Europa Ocidental, região mais rica e desenvolvida do mundo. Então, era preciso que essas ideias fossem copiadas, já que a sociedade brasileira não conseguia se desenvolver internamente.

É desta forma que cada vez mais surgem necessidades de novas mudanças, vejamos mais uma:

Na tentativa de dar novo rumo à educação, outras reformas se seguem. Em agosto de 1772, tem-se a reforma dos estudos maiores, ou seja, do nível superior e a reforma das aulas régias ou estudos de primeiras letras. A reforma do nível superior constituiu na elaboração e aprovação de novos estatutos da Universidade de Coimbra (MOTA, 2015, p. 77).

Esse novo rumo, era fugir da forma de organização, da prática de ensino e da educação conservadora dos jesuítas, que não se adaptava mais ao modelo de sociedade brasileira. Uma das formas de ensino em que a sociedade e o Estado estavam preocupados nesse contexto, era o ensino superior. Quase sempre, essa modalidade de ensino, atendia aos interesses dos grandes latifundiários desse período que enviavam seus filhos para a Europa para poder estudar, mas também começa a surgir no Brasil as primeiras faculdades de Direito, Engenharia e Medicina, para atender aos interesses da elite brasileira.

Mota (2015) argumenta que mesmo com a chegada da família real no Brasil em 1808, a instrução continuava apresentando-se como problemática. As medidas reais que fundaram as instituições de ensino superior, era para atender a uma demanda da aristocracia, da coroa e de grandes proprietários de terras. Assim, é possível perceber que não havia uma preocupação com a educação básica.

Esse grupo de padres se tornou tão importante nesse período inicial da colonização, que podemos ver um ponto marcante desde sua chegada até a expulsão na segunda metade do século XVIII. Está presente nesse contexto, um sentimento de mudanças, que as novas reformas começam a pensar em sua realização. Essa nova mentalidade oriunda da Europa, vai influenciar muito fortemente a sociedade do Brasil, que precisava de mudanças a todo custo.

Ao longo de sua permanência no território brasileiro, os padres jesuítas estabeleceram uma rígida realidade de ensino nas escolas, principalmente tendo por base a religião, pois eles educavam a partir de seus princípios, pois somente depois é que começaram a pensar em uma educação distinta do âmbito religioso.

Sua missão como eles próprios colocavam, era de educar a partir dos princípios católicos, tanto os indígenas como os outros educandos. Foi assim, que ao longo de séculos realizaram suas atividades com esse fim, educar pela religião e fazer com que a Igreja e a Companhia de Jesus pudessem ter novos fiéis e integrantes.

Foi possível estudar historicamente a ação e o papel desses padres em termos de catequização dos indígenas e a consequente educação. Era uma educação de cunho religioso que vai ser instituída ao longo de quase todo o período colonial. Suas ações em termos educacionais, também estavam vinculadas a organização hierárquica da igreja, que não abria mão de seus princípios norteadores, pois assim, além de fortalecer a igreja, conseguiam novos fiéis.

Os padres jesuítas, tanto em suas missões religiosas, como educacionais, conseguiram êxito durante um longo período da história do Brasil, mas em meados do século XVIII, foram expulsos do território brasileiro, mas ao mesmo tempo, deixando um legado religioso e educacional.

É nesse sentido, que a obra da igreja, dos jesuítas e suas missões foram importantes para a constituição de uma sociedade chamada Brasil. Mesmo discordando e sendo críticos dessas missões da Igreja e suas diversas ordens religiosas, temos que reconhecer que os agentes religiosos aqui inseridos exerceram um papel importante na construção de um sistema educacional, mesmo que ainda no início da ocupação do território e logo depois com a fundação e criação de escolas e faculdades.

3 ENSINO RELIGIOSO EM GOIÁS: UMA ANÁLISE HISTÓRICA

3.1 A ORIGEM DO ENSINO RELIGIOSO EM GOIÁS

Neste capítulo nosso objetivo é desenvolver reflexões históricas sobre a origem e a formação da sociedade goiana, destacando seus aspectos históricos, mas associando as práticas do ensino religioso e como este foi inserido aqui em Goiás.

A ocupação deste Estado se deu no início do século XVIII pelos bandeirantes paulistas, onde eram comuns as bandeiras que vinham de São Paulo para Goiás. Essas eram expedições terrestres em que um grupo de colonizadores faziam uma longa viagem do estado paulista para o interior, afim, de ocupar e conquistar esse território. Ademais, essas bandeiras tinham outros objetivos, pois visavam também a busca de riquezas minerais e a escravização dos indígenas que aqui habitavam.

Nas primeiras bandeiras paulistas, ouve o contato do indígena com o colonizador bandeirante paulista. Segundo Palacin (1992), moralmente a política de governo e da Igreja que propugnava a “civilização” do índio, fez com que a prática do extermínio seguida pelos colonos fosse interiorizada como um crime a ser esquecido. Podemos ver nesse caso, que houve o conflito entre indígenas que eram os primeiros habitantes do território goiano, com os colonizadores.

Neste contexto, a Igreja já se faz presente e vai atuar no sentido de ampliar seus poderes, instituindo suas práticas religiosas no novo território. Sendo assim, mesmo que a ocupação de Goiás tenha ocorrido tardiamente, esta instituição já instaura sua presença.

Por outro lado, a chegada a regiões como Goiás era de extrema dificuldade, pois se tratava de uma região ainda não conhecida pelos colonizadores. Neste sentido, Palacin (1992) afirma que existiam dificuldades naturais de penetração e as grandes distâncias, a falta de um estímulo ao não haver riquezas imediatas facilmente exploráveis, nem populações nativas já constituídas numa sociedade economicamente organizada.

Isto porque os colonizadores ainda não tinham contato com essa região, mas logo com a sua chegada, terão a possibilidade de encontrar tanto os indígenas, como também grande quantidade de metais preciosos, mesmo que, como o autor afirma acima, não havia uma sociedade organizada para atender aos interesses dos colonizadores, pois esses teriam que desbravar essa região para depois ter acesso as possíveis riquezas.

Nesse contexto, o ouro vai sendo descoberto em diversas minas em Goiás, principalmente nas margens do Rio Vermelho na região de Vila Boa capital da província. Segundo Polonial (2013) o contexto histórico no século XVIII destinava ao Estado o papel de região exportadora de minério de ouro, sendo que a agricultura e a pecuária não eram prioridade. Concomitantemente, toda força de trabalho deveria ser destinada à mineração, única atividade valorizada e compensatória, motivando o deslocamento desses trabalhadores das regiões mais distantes do país.

Palacin (1992) nos mostra que com o aumento da população, vinte e três anos depois do descobrimento era instalada a Capitania de Goiás, com sua capital em Vila Boa. A população devia aproximar-se de quarenta mil habitantes. Assim, podemos ver um pouco do que era Goiás no princípio de sua formação e ocupação pelos bandeirantes que tinham sede de poder e riqueza.

Ainda seguindo as ideias de Palacin (1992) apesar da passagem secular dos bandeirantes, Goiás se encontrava de norte a sul coberto por nações indígenas numerosas e diversificadas. Isto quer dizer que não era uma região abandonada, pois já se encontravam aqui moradores nativos, que já tinham sua forma de organização e produziam na terra. Desta maneira, podemos ver que:

Desde o início o relacionamento entre mineiros e índios foi hostil, uma situação permanente de latente estado de guerra. Os hábitos inveterados dos paulistas de aprisionar os índios, vivos ainda no ambiente das minas, a violência generalizada dos garimpos e da instituição da escravatura, a pressa do enriquecimento não podia dar lugar a uma aproximação pacífica entre os imigrantes e as antigas populações indígenas (PALACIN, 1992, p. 61)

Esse primeiro contato, foi na realidade conflituoso, pois os interesses dos colonizadores estavam bem claros, almejavam apenas riqueza fácil e de maneira rápida. A busca pelo ouro e o diamante fizeram dos indígenas as maiores presas dos colonizadores, que os escravizavam a qualquer custo. Palacin (1992) afirma que embora o governo proclamasse uma política de aproximação e civilizatória, na prática, nas primeiras décadas prevalecia uma prática de extermínio onde era possível.

Realizado esse breve histórico sobre a formação da província de Goiás no século XVIII, podemos avançar e trabalhar algumas questões sobre a catequese em Goiás, para depois analisar o ensino religioso nas escolas públicas do Estado, pois assim, compreenderemos melhor esses dois fenômenos.

A ação da Igreja na província de Goiás vai ocorrer de forma organizada como também ocorreram nas demais províncias Brasil afora, pois, toda a estrutura e

organização da Igreja se fizeram presentes durante o processo de colonização em terras brasileiras, se estabelecendo e ao mesmo tempo ampliando suas ações religiosas. Palacin (1992) nos aponta que a catequese e civilização do índio era o primeiro e mais importante dos temas propostos, ou seja, era uma necessidade urgente, pois os conflitos eram intensos e a catequização era uma forma de estabelecer paz entre os colonizadores e os indígenas, visto que estes últimos não aceitavam a forma como eram tratados.

A primeira forma de educação existente no território goiano, foi a catequese que era realizada com as populações indígenas. Posteriormente, a educação passou a ser realizada em escolas para índios, até culminar em uma escola mais organizada no sentido de sua implementação em Vila boa de Goiás e suas redondezas.

Essas práticas se tornaram comuns durante todo o período colonial em Goiás, onde a educação ficou a cargo dos padres jesuítas que realizaram a construção de colégios e mosteiros para que fossem praticados os atos educacionais. Todavia, inicialmente a educação se dava em comunidades indígenas na qual os padres católicos exerciam seu poder, pois esses eram os grandes responsáveis por esta esfera. As populações indígenas se encontravam em várias regiões do Estado, mas inicialmente todas essas ações eram desenvolvidas em Vila Boa e região e logo depois na Cidade de Goiás.

Esse modelo educacional foi tanto aplicado no Brasil, como em Goiás, pois passam a partir da ocupação desses novos territórios, a instituir um padrão de educação, que era o da educação religiosa, tendo por base os princípios católicos. Assim, foi se constituindo um modelo de ensino muito rígido e que as populações locais, principalmente os indígenas, tinham que cumprir a partir da imposição dos padres, pois este demonstrava ser baseado na obediência e na imposição de valores que não eram dos nativos.

Neste sentido, nas argumentações de Castro (1998) podemos perceber como o autor desenvolve algumas reflexões importantes sobre as relações estabelecidas entre os colonizadores, padres e índios, pois a transição em Goiás não se deu sem atritos. Desta maneira os jesuítas toleravam mal os novos administradores, e os índios se inquietavam sentindo-se mais explorados. Mais graves foram os incidentes nas aldeias do Norte. Queixando-se de maus tratos por parte da guarnição militar, os índios da aldeia de Formiga levantaram-se matando oito soldados da guarnição, e depois, dispersando-se nos matos, armaram ciladas contra as fazendas da região.

Essas relações foram historicamente conflituosas, onde tinha que haver uma administração para impor certo controle sobre o que estava acontecendo. Os indígenas já tinham certa clareza de sua exploração e cada vez mais estavam em conflitos abertos com os colonizadores e padres, mesmo esses sendo os principais responsáveis pela educação dos mesmos, pois era uma educação voltada para castigos físicos e morais, tendo por base a obediência.

Por outro lado, os indígenas também realizavam trabalhos escravos, pois eram forçados a desenvolver esse tipo de atividade. Nessa forma de trabalho, a colônia e seus colonizadores, conseguiam acumular cada vez mais riquezas, juntamente com a exploração de riquezas minerais da região, pois tratava-se de uma área rica em ouro e diamantes.

Nesse contexto, a educação religiosa aplicada através da catequese, era uma forma de manter as populações sobre um forte controle e ao mesmo tempo garantir a exploração do trabalho e da terra aqui em Goiás. Assim, a empresa católica a partir da ação dos seus representantes vai se consolidando cada vez mais aqui em território goiano.

Essas práticas sobre o trabalho dos padres em Goiás, são utilizadas não somente para fins de educação, mas também garantiam outras práticas, como políticas e econômicas, assim, podemos perceber que:

As ordens religiosas tinham maior liberdade para o trabalho de evangelização, pois não dependiam diretamente das promoções e ordenados dos governos. Embora os missionários recebessem pela “folha eclesiástica”, o pagamento era feito irregularmente. Todavia, o sistema de padroado permitia-lhes possuírem fazendas, afastando assim, da penúria econômica. É dentro deste contexto que devemos compreender a perseguição do governo português às ordens religiosas (CASTRO, 1998, p. 152).

Sua missão era a evangelização em forma de catequese, tudo isso era praticado em relação aos indígenas que habitavam o território goiano. Essa liberdade dos padres era dada pela própria Igreja em parceria com a coroa portuguesa, que precisava de fato desse tipo de trabalho dos agentes jesuítas e demais ordens religiosas que estavam inseridas no processo de ocupação e colonização do território goiano. Não precisavam diretamente dessas autorizações, mas trabalhavam em comum acordo para atender aos seus interesses, pois Igreja e coroa estavam em sintonia nessa missão, tanto de ocupar e colonizar o território goiano, mas também utilizar outras práticas importantes para estabelecer seu poder e domínio, como era o caso da catequese e posteriormente da educação religiosa.

Com o tempo os jesuítas além de padres, se tornaram parte integrante da administração colonial, esses recebiam para realizar sua atividade religiosa e educativa, pois o sistema de ensino no Brasil e em Goiás, estava sob o controle e administração dos padres jesuítas, pois sabemos dos interesses tanto da Igreja em realizar esse empreendimento, como da coroa que queria cada vez mais ampliar suas práticas e poderes.

Com o tempo o governo descobriu que as práticas jesuíticas iam além da simples forma religiosa e educacional, pois como apontados em outro momento, os padres jesuítas começam a acumular riqueza. Dessa forma, tal acumulação vai incomodar a coroa, que começa a agir fortemente no sentido de coibir essas práticas, fazendo com que houvesse uma forte pressão em relação as práticas desses agentes religiosos.

Segundo Martins (2009) pedagogicamente, a aplicação da *Ratio Studiorum* foi coroada, em toda parte, de um êxito incontestável. Não somente a obra educativa dos colégios da Companhia de Jesus foi um dos fatores mais eficientes da contrarreforma católica, senão também que a ela se acha ligada grande parte da aristocracia intelectual dos últimos séculos, que teve sua formação em colégios jesuítas. Desta forma passou a ser instituída como prática, pois podemos perceber que estava sendo coerente.

Já estava acontecendo um conjunto de mudanças que abalaram as estruturas de vários Estados no mundo e o Brasil ainda vivia sob o regime colonial, mas já havia uma forte tendência para que essa forma de organização pudesse acabar. Os jesuítas desempenharam um papel importante em toda a América Latina e também no Brasil, mas passaram a ter problemas e agora terão que suportar forte pressão em relação ao seu trabalho.

A Igreja Católica, teve problemas nesse período, mas vai saber contornar e dar continuidade ao trabalho de catequese e de apoio à colonização. Para tanto, vai realizar pequenas reformas no sentido de nova adaptação, pois de alguma forma a colônia vai sofrendo alterações na sua estrutura e a Igreja como uma instituição religiosa, vai ter que se adaptar.

Esse período é importante para a igreja, pois desde o início do século XVI ela tinha claros objetivos em relação a colônia brasileira. Nas palavras de Castro (1998) no período colonial, a doutrina da Igreja deve ser entendida no contexto da Cristandade, modelo de Igreja que vigorou no Brasil durante os três primeiros séculos da colonização. O elemento básico do modelo, era o conceito da Sociedade

Sacral. Dentro dessa concepção, a fé e a nacionalidade se identificavam. Por consequência, os interesses da Igreja passavam a ser considerados como interesse do Estado e vice-versa.

Esse modelo de doutrina vai ser aplicado no campo educacional, pois a educação jesuítica, desde o início com a catequese e com os primeiros colégios irá trabalhar a educação religiosa tendo por base os princípios da igreja. Esse modelo foi a base tanto religiosa, como educacional e como fica claro nas palavras do autor acima, vigorou por mais de três séculos, ou seja, foi uma prática muito comum nesse período.

Por outro lado, Martins (2009) realiza alguns apontamentos importantes sobre a educação jesuítica, pois ao estudar, portanto, um sistema pedagógico que tem em seu favor uma experiência multissecular de êxito, consiste em empreender um trabalho relevante. Alguns problemas enfrentados pelos educadores modernos podem obter soluções em princípios da Ratio, daí a atualidade da pedagogia jesuítica. É reconhecida a influência dessa pedagogia na cultura brasileira e na de vários outros países do mundo. Podemos ver nas palavras dessa autora, que mesmo tendo problemas ainda há uma certa relevância no que diz respeito a educação jesuíta, pois suas contribuições são seculares.

Então, seguindo Castro (1998) foi através da sua expansão comercial, que os portugueses estabeleceram nas colônias o mesmo regime de cristandade. Como delegado do papa coube ao rei de Portugal promover a implantação e o desenvolvimento da religião católica na Colônia. Em consequência do padroado, a Igreja se estabeleceu no Brasil sob o incentivo e a orientação da Coroa Lusitana.

Toda ação dos colonizadores tinham um sentido, primeiro comercial, depois social e logo depois educacional, pois precisavam estabelecer um forte controle sobre a população, onde a educação e a religião iriam exercer papel crucial. Então, podemos perceber a associação entre a esfera religiosa e educacional. Visto que os agentes religiosos desenvolveram diversas atividades no interior da Capitânia de Goiás, atuavam como padres e professores de catequese.

Assim, a educação desde o princípio da ocupação e colonização em Goiás teve um forte apelo religioso por parte da coroa, que apoiava a Igreja na missão de evangelização e educação ao longo desse período. Essa educação estava voltada inicialmente para atender aos interesses diretos dos colonizadores que eram os representantes legais da coroa portuguesa, mas também aos interesses da igreja, pois os padres jesuítas eram os representantes desta instituição, que passou a desenvolver a catequese como forma de evangelização e depois como uma educação formalizada.

Nas palavras de Martins (2009) discutir a pedagogia católica clássica remonta obrigatoriamente às raízes, ou seja, à educação jesuítica, à ação pedagógica de mais de dois séculos (1540-1773), que foi responsável pela formação de várias gerações de estudantes de diversas partes do mundo. Essa prática educacional foi atuante durante dois séculos na colônia brasileira e contribuiu para o estabelecimento de um sistema de ensino em nosso país.

Por outro lado, Castro (1998), ainda destaca o papel dos padres jesuítas, pois foram os principais agentes no estabelecimento da concepção de sociedade que passou a ser conhecida como cristandade colonial. Todavia, na Segunda metade do século XVIII, a burguesia em formação começa a dar os primeiros sinais de presença na sociedade, tentando articular um novo projeto para a população brasileira, a partir dos conceitos Iluministas e Liberais. É a época das conjurações e dos movimentos insurrecionais contra o domínio metropolitano.

Podemos dizer em linhas gerais, que não se tratava de ações isoladas, pois estamos nos referindo a um projeto gestado pela coroa portuguesa e a igreja, que passaram a se organizar de forma racional para poder atender aos seus projetos políticos, sociais, econômicos e culturais. Desta maneira, observamos que as práticas eram amplas no sentido de ocupar e colonizar o território brasileiro e nesse caso, a ocupação de Goiás segue a lógica do que foi realizado em outras capitanias brasileiras.

A educação jesuítica tinha por base os elementos religiosos da Igreja Católica, obediência, fé e respeito à autoridade constituída, sendo padres ou outros representantes da coroa portuguesa que se faziam presentes no território goiano. Por outro lado, essas autoridades realizavam atividades para que determinados objetivos tanto da Igreja como da coroa fossem atendidos. Um desses era estabelecer um forte controle sobre essas populações indígenas que habitavam as terras de Goiás. Castro (1998) afirma que um dos principais pilares da organização política da sociedade colonial tinha sido o conceito sagrado de autoridade. De fato, como autor do mundo, Deus era considerado a fonte primordial da autoridade sobre a sociedade humana. Todavia, essa autoridade era delegada aos monarcas católicos, que passavam a governar os povos em nome de Deus.

Assim, o projeto educacional imposto pela Igreja através da catequização de indígenas e negros, foi sendo gestado ao longo do século XVIII em Goiás e logo depois a criação das primeiras escolas que também passaram a atender aos interesses dos padres jesuítas, os quais foram os principais responsáveis para a

organização dessas escolas goianas. Na verdade, eles tinham uma consciência sobre sua missão neste Estado, pois precisavam colocar em prática um projeto religioso, que estava associado a uma educação religiosa de base católica.

Foi desta forma que os padres jesuítas foram formando todo um sistema de educação no Brasil desde sua ocupação. Nesse sentido, como bem afirma Castro (1998), é importante contextualizar a catequese praticada na Capitania de Goiás dentro de vários fatos significativos, inspirados nos princípios da Ilustração, que marcaram a catequese do Brasil nos meados do século XVIII. Entre esses fatos convém salientar: a regulamentação da pastoral com a promulgação das Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia de 1707; a expulsão dos jesuítas em 1759; e a gradativa eliminação da atuação no ensino. Estes três fatos causaram uma grande repercussão na pastoral da Igreja Católica do Brasil no final do período colonial.

Seguindo as ideias de Martins (2009), percebemos que a ação pedagógica jesuítica foi sempre considerada eficiente, graças ao preparo intelectual do quadro de professores e à uniformização de suas ações. De fato, para esse período de colonização que vai do século XVI ao XIX, grande parte da sociedade brasileira e goiana, tinham dificuldades com as letras e os padres jesuítas tinha em sua base um conjunto de leituras que facilitavam suas ações como agentes religiosos e educadores.

Aqui temos então, na passagem citada de Castro (1998) na qual podemos perceber acima, que existia toda uma preocupação de organização desse processo de catequização em Goiás, já com uma certa base de racionalidade para ser colocada em prática, ou seja, não era meramente aplicar formas de catequese e educação religiosa de forma aleatória. Portanto, já existia uma base para que todo o processo fosse concretizado pelos representantes da Igreja e do Estado.

Vimos que há uma regulamentação constitucional para que esse projeto possa ser colocado em prática, isto quer dizer, que toda a educação jesuítica e a própria catequese estavam sendo previstas em leis que regiam o país, fato interessante, pois no início do século XVI nas demais capitanias, não precisa de normatizações para que esse ensino religioso e catequético fosse colocado em prática. Foi desta maneira, que os padres jesuítas foram desenvolvendo suas atividades aqui em Goiás, sob o olhar da coroa, mas com certa legitimidade.

Nesse sentido, podemos trazer mais algumas informações importantes sobre a catequese aqui em Goiás, pois essa também foi uma forma de educação nos princípios da ocupação/colonização em Goiás, pois:

Parece que a prática catequética na Capitania de Goiás inicia-se com a colonização em 1726. A presença do clero ao lado dos bandeirantes e colonizadores foi fundamental para a implantação e a difusão da evangelização em Goiás. Juntamente com as capelas nos arraiais da mineração, aparece o sacerdote com a missão de pastorear seus fregueses. Além das celebrações e dos sacramentos, era necessário também catequisar as crianças, os escravos, os indígenas e toda a população sobre os princípios básicos da fé cristã. O padre Alexandre Marques do Vale, primeiro visitador goiano em 1734, faz um grande relatório orientando o clero e as famílias de Vila Boa para catequisar a população (CASTRO, 1998, p. 169-170).

Essa evangelização, se deu de forma ampla, pois as populações que habitavam a região de Vila Boa, começam a ter contato com os colonizadores, principalmente os indígenas. Podemos afirmar que os jesuítas e demais colonizadores, já conheciam muito bem a população nativa, pois essas práticas já estavam estabelecidas em outras regiões do país, logo, não era muito difícil para os agentes religiosos realizarem suas missões.

Assim, desta maneira, toda a população em Goiás aos poucos vai tendo contato com os colonizadores e com os padres missionários que tinham a missão de além de difundir a fé católica, catequisar os demais integrantes da sociedade local. Essa era a missão fundamental dos padres que estavam presentes nas missões católicas, as quais vão se tornando cada vez mais populares.

Nas palavras de Santos (2009), entretanto, está presente por detrás deste cenário a compreensão de que, apesar de o catolicismo popular e o catolicismo oficial encerrarem realidades diferentes, havia uma intersecção: a busca pela salvação e a profunda devoção presente na população tanto em eventos religiosos populares quanto nos eventos e nas cerimônias oficiais, que contam com a mensagem da Igreja Católica.

Desta maneira, vai ocorrendo a junção das práticas católicas associadas a catequese com um processo de formação educacional, mesmo que de origem religiosa. Sendo que o sistema de ensino a ser inserido aqui em Goiás, faz com que os padres trabalhem cada vez mais com o objetivo de instituir a escola católica no contexto goiano.

Está evidente a preocupação por parte dos padres jesuítas em realizar tanto suas missões religiosas, como também suas práticas educacionais, sendo sempre associadas com a religião católica, pois essa era a sua finalidade.

Como bem aponta Castro (1998), a partir de 1759, verifica-se uma mudança na catequese do Brasil com a expulsão dos jesuítas. Na Capitania de Goiás, este

grupo desempenhou um grande trabalho na região do Norte. Entre as diversas missões nas aldeias de Duro e Formiga, destaca-se a missão de Natividade. Na comarca do Sul, destaca-se a missão de Sant'Ana do Rio das Velhas. Conseqüentemente, com a expulsão deste grupo religioso, o pároco assumia o comando da prática catequética.

Segundo Castro (1998), o papel dos padres jesuítas aqui em Goiás merece destaque, pois suas atividades nas missões, na catequese e no processo de formação de um sistema de ensino e principalmente na fundação de escolas, foi importante para que tivéssemos inicialmente uma organização de um processo que vai se desenvolver sob a ótica introduzida por estes agentes religiosos.

Castro (1998), aponta que, com a expulsão da Companhia Jesus na segunda metade do século XVIII, há uma certa preocupação de colocar em prática os ideais do reformismo pombalino, sendo este de alcance global. Em assuntos religiosos, a política de pombal desenvolvia-se nos quadros da mentalidade ilustrada. Neste sentido, a catequese foi englobada no espírito da reforma, como instrumento de formação do cristão, que tende a fazer dele um ser útil à sociedade, por meio do Estado.

É possível perceber que mesmo com a expulsão dos jesuítas, fica a dúvida, se colocam em prática ou não as ideias da reforma, pois mesmo com problemas, o trabalho dos jesuítas deixou marcas ao longo da história da sociedade brasileira e goiana. Nesse contexto, as ideias dos iluministas já estavam mais que evidentes, assim, muitos já estavam aderindo essas ideias. Desta maneira, a catequese vai ganhar outra mentalidade e conseqüentemente o mesmo acontecerá com o sistema de ensino e com a educação.

Podemos perceber então, que mesmo com certa influência dos jesuítas na educação no Brasil, bem como de suas práticas de catequese, a educação começa a passar pelas suas primeiras reformas. Esse fato é novo no âmbito brasileiro, pois falar em mudanças no sistema de ensino ainda era algo muito inédito nesse período. Assim, era preciso avançar para novas práticas sociais, políticas e educacionais. Por fim, Castro (1998) nos faz um questionamento: e como foi tratada a catequese indígena na Capitania de Goiás? Parece que houve mais atenção das autoridades civis e religiosas com os indígenas. Além da catequese praticada pelos jesuítas na comarca do norte da Capitania, verificava-se por parte do Sul autoridades interessadas na evangelização indígena.

Essa catequese e evangelização, avançam para práticas formais de educação ao longo do século XIX e acompanham todo o processo de formação do

sistema de ensino brasileiro, somente agora desvinculado da religião católica, pois esse foi o longo processo de constituição do sistema de ensino no Brasil, que teve no seu início um forte traço da catequese e da educação jesuítica nos seus três primeiros séculos. Ademais, em Goiás teve início na terceira década do século XVIII e vai continuar se desenvolvendo e se transformando ao longo dos períodos posteriores até chegar ao modelo de Ensino Religioso tendo por base a Ciência da Religião, que vai ser implementado pelo governo do Estado de Goiás em 2009.

3.2 O ENSINO RELIGIOSO NA ESCOLA PÚBLICA EM GOIÁS

Após ter realizado uma discussão sobre a origem e a formação do ensino religioso em Goiás, podemos perceber uma forte influência do catolicismo em nosso Estado na defesa da Igreja e da coroa portuguesa, que irão implementar todo um processo de catequização e educação aqui na capitania de Goiás. Foi dessa forma que a educação foi sendo formada.

Essas missões católicas tinham objetivos, pois além de auxiliar na ocupação das novas terras conquistadas, estavam também na organização das escolas que começam a se formar aqui em Goiás. Suas práticas tanto religiosas, como educacionais ficaram conhecidas, pois assim, esses auxiliaram diretamente na instituição do sistema de ensino goiano.

Neste tópico do nosso trabalho nossa proposta é desenvolver uma reflexão sobre o ensino religioso na escola pública, analisando historicamente como foi sendo sua origem e formação como fizemos no primeiro tópico e agora no segundo, como foi sendo sua inserção na escola pública no Estado de Goiás. Assim, iremos perceber também as mudanças que ocorrem ao longo desses períodos, pois podemos observar como o ensino religioso confessional, vai sendo transformado em uma nova forma, que é o da escola pública, para um ensino da história das religiões.

Então, torna-se importante perceber as mudanças historicamente para podermos contribuir de forma mais organizada com o conhecimento científico em termos de análise das Ciências da Religião, pois temos como justificativa a difusão do saber como forma de informação para que novas pesquisas possam surgir.

De origem católica, a educação no Brasil, teve uma forte influência dessa religião no seu sistema de ensino, pois o catolicismo se tornou popular no Brasil ao longo do período colonial. Desta forma, segundo Santos (2009), é inegável a forte

devoção popular: combustível que possibilitava o fortalecimento do catolicismo popular e do oficial, mesmo que estes não se tocassem, compartilhando apenas da crença dos fiéis, uma vez que cada um dos catolicismos fosse constituído de distintas trajetórias e manifestações, mas que tinham, no entanto, o mesmo fim, o da salvação das almas (ainda que fosse a salvação ritual, que, lembrando, configura-se no momento de devoção que aparentemente garante aquela) e o da comunhão com Deus, convergindo no catolicismo oficial e no popular.

Na passagem do século XIX para o século XX o Estado de Goiás ainda era camponês e grande parte de sua população formada por analfabetos, mesmo com a existência de uma escola de origem jesuíta, não foi possível formar seus cidadãos no domínio da leitura e da escrita, fato este que vai ainda se arrastar durante grande parte do século XX. Neste sentido, torna-se importante descrever que, nas palavras de Santos (2009), Goiás se caracterizava pela defasagem econômica, falta de meios de comunicação, isolamento cultural e inexpressivo pensamento racionalista, a população, de modo geral, era simples e humilde, analfabeta e devota. As posições políticas entre liberais e clérigos se acentuavam pelo ressentimento mútuo na disputa pela influência sobre a sociedade.

A sociedade goiana se altera aos poucos, pois era mais comum a formação de cidades e um lento êxodo rural, ou seja, a mudança de parte da população do campo para as cidades. Isso vai fazer com que o quadro social possa ser substancialmente alterado, aumentando assim, algumas demandas por serviços sociais, como é o caso de construção de escolas. Com esse êxodo rural, as cidades começam a crescer e novas necessidades começam a surgir, inclusive esses camponeses passam a ter a necessidade de ter uma formação escolar, então, as autoridades tem que começar a realizar investimentos com esse objetivo.

Era preciso mudanças em toda a estrutura da sociedade goiana, inclusive leis que pudessem mudar a legislação educacional de cunho religioso. Desta forma, segundo as palavras de Santos (2009), em 1890, vencendo a denominada Constituição dos Bulhões, de tendência anticlerical, estabelece uma Constituinte laica. Com isso, vários obstáculos à efetivação da romanização emergem, como a crise do patrimônio eclesiástico, a dificuldade de administração dos santuários de devoção por parte do clero, a dificuldade de manter o seminário episcopal e, de a Igreja conviver com o casamento civil e a laicização do ensino e dos cemitérios.

Dessa forte influência jesuíta na educação em Goiás, somente no final do século XIX que se tem então, uma Constituição que visa a laicidade, ou seja, passou

a existir a separação entre Estado e Igreja e a educação deixa de ser religiosa, tendo agora a autonomia para se organizar e ser gerida de forma “livre” sem a interferência do catolicismo ou de qualquer outra religião.

Nesse contexto Alves (2012) contribui com alguns importantes argumentos sobre essa questão da escola pública e sem a interferência da religião no sistema de ensino, pois um novo regulamento a ser criado na Província de Goiás ocorreu em 1884, prevendo a divisão das escolas públicas em duas classes, 1 e 2 graus, obrigatoriedade do ensino de 7 a 13 anos para meninos e 6 a 11 anos para meninas, bem como a alocação de recursos, com a criação do fundo escolar. Tanto nas reformas educacionais de 1884 e 1898, uma preocupação comum que aparecia era como cumprir os preceitos legais da legislação.

Esse período na qual Alves (2012) está analisando, já é com a nova proposta da Constituição, pois essa já colocava a educação e o sistema de ensino livre das interferências religiosas, onde escolas teriam a sua autonomia para organizar e gerir seu processo de ensino e aprendizagem.

Ainda nesse contexto podemos ressaltar nas palavras de Lopes (2009), que durante séculos, o ensino religioso no país foi ministrado pela Igreja Católica, por intermédio do sistema de padroado, prática educativa catequética que o colocava como instrumento de doutrinação. O padroado foi extinto em 1890, pouco antes da promulgação da primeira Constituição da República, que declarou o caráter laico do Estado e o separou da Igreja. A separação ocorreu não em nome de uma religião, mas em nome da liberdade.

Era dessa herança que o Brasil e Goiás queriam se libertar no sentido de ter certa liberdade para criar e ter um sistema de ensino que pudesse atender de forma mais coerente os alunos. As práticas de doutrinação eram comuns e agora, o sistema educacional terá um pouco mais de autonomia para a sua gestão e organização.

Por outro lado, as novas leis como a Constituição de 1891 começava a propor algo diferente do que era o ensino doutrinário em termos religiosos, pois agora teríamos um sistema de ensino laico, diferente da doutrina religiosa e sem interferências diretas desta. Este fato era novo no Brasil, pois até então o que predominava era o ensino religioso confessional de origem católica.

Nesse período de transição entre o século XIX e XX, podemos perceber com estudiosos da Constituição como é o caso de Altmann, ao afirmar que a “Constituição brasileira define o Estado como “laico”. Sem dúvida, o conceito implica

num princípio de não discriminação de qualquer religião, inclusive de quem, de forma organizada ou não, decide por não professar religião alguma” (ALTMANN, 2013, p. 9). Essa questão da laicidade já estava presente na Constituição Brasileira de 1891 no final do século XIX.

Na concepção de Reimer (2013) na prática, porém, o monopólio estava minado com a permissão explícita de que “todas as outras religiões” serão permitidas, mas seu culto deveria ser domesticado ou particular, em casas destinadas a essas finalidades, “sem forma exterior de templo” (REIMER, 2013, p. 53). Esse monopólio vai historicamente perdendo espaço, pois as mudanças nas leis, como é o caso da Constituição, vai possibilitando um novo formato, tanto da religião quanto da educação.

Mesmo com as mudanças em curso, não houve de fato as mudanças imediatas como alguns achavam que iria acontecer, segundo Castro (2015), deste modo, as práticas religiosas permeiam a cotidianidade do sujeito posto seja também uma prática social. Entendendo que o Ensino Religioso esteve, e ainda está vinculado a essas práticas e experiências que são transpostas para a sala de aula e também para todo o interior da escola, pode-se afirmar que esse componente curricular ainda não ultrapassou os limites da experiência catequética e doutrinal e, deste modo, ainda não se consolidou como conteúdo escolar.

Vai demorar certo tempo para que as mudanças previstas no ordenamento jurídico brasileiro possam ser colocadas em prática, mesmo que essa nova Constituição de 1891 já coloca de forma diferente o sistema de ensino em relação a religião católica. De fato, a sociedade goiana, ainda vai ter que esperar um pouco mais para poder receber essas modificações. Ademais, muitas dessas mudanças, somente vieram com a organização e luta por parte dos professores e da sociedade que necessitava cada vez mais de uma educação com qualidade e desvinculada da religião.

No século XX um dos fatos importantes em Goiás, será a construção da cidade de Goiânia que vai marcar uma nova fase de todo o processo de formação do Estado e a transferência da capital para uma nova sede. Dessa forma, a capital que até então encontrava-se na Cidade de Goiás, será transferida para Goiânia, sendo assim, ocorrerão mais possibilidades de mudanças em relação a educação pública.

Assim, temos um panorama da educação em Goiás no início do século XX até a década de 1940 com a transferência da capital para Goiânia, desta forma podemos perceber que o:

Período proposto apresenta um país que saia da vida rural e ingressava, tropegamente, em uma sociedade urbana que se propunha “modernizante”. Vale lembrar que em Goiânia, recém - inaugurada nos anos 1940, cuja população da cidade não contava além de 800 pessoas integrava o projeto nacional da Marcha para o Oeste. Essa mesma sociedade, do campo, ansiava em encontrar na cidade uma escola que promovesse seus filhos a um futuro melhor, longe do atraso. Uma escola pública para todos era uma demanda ainda dos anos 1870, sob os auspícios de uma promessa republicana (ALVES, 2012, p. 441).

Essas mudanças foram interessantes para que a sociedade goiana tivesse uma nova proposta na educação, pois a vida do campo vai sendo cada vez mais inserida na vida urbana, isto quer dizer, que a população do campo começa a deixar a cidade. Desta forma, as demandas por serviços sociais irão aumentar, principalmente aquelas sobre educação. Era o sonho da modernidade, que começava a chegar em Goiás, eram mudanças ainda muito tímidas, mas que a população já esperava que tornassem mais significativas no futuro, uma delas era a de uma educação que pudesse atender as demandas que estavam surgindo na nova cidade.

A educação era uma forma que as famílias camponesas, agora vivendo em uma cidade, pudessem ter para seus filhos um futuro melhor, pois no campo as escolas praticamente inexistiam. Nesse sentido, podemos ver como essas famílias oriundas do campo passaram a perceber a importância da educação dos seus filhos para poder garantir seu futuro.

Assim, a demanda era por uma escola pública que tivesse certa qualidade para atender as necessidades da nova cidade. Esse anseio já era bem anterior à construção da cidade de Goiânia, era de 1870, período ainda marcado pelo Segundo Reinado. Então, saindo de uma lógica de um ensino religioso, para um ensino público e sem a interferência da religião, essa era a grande demanda por uma educação no país e também em Goiás.

Dentre uma das reformas que ocorreram em Goiás no século XX, podemos destacar a de 1928, onde Alves (2012) afirma que no bojo das mudanças na escola goiana, podemos citar a reforma operada por João Alves de Castro e Americano do Brasil, criando o curso primário, a modernidade pedagógica com o uso do método intuitivo, uso de caixas escolares e regulou os tempos e espaços da escola.

Aqui podemos observar que não é citado o elemento religioso, mas sim, o princípio de uma pedagogia moderna, que pudesse dar conta de atender a nova realidade que estava se formando nas cidades, pois com a modernidade, novas mentalidades são formadas e a escola deve estar acompanhando esse avanço em

termos sociais e culturais, onde as instituições educacionais e seu sistema escolar terão se sofrer uma adaptação.

Esse novo método buscou regular a vida na escola, pois os métodos anteriores estavam ultrapassados, pois se tratava de uma educação religiosa e que não se adaptava mais as novas realidades que estavam se formando nas cidades goianas, pois era preciso mudar essas propostas, pois mesmo que ainda muito iniciais, irão ser o ponto de partida para mudanças mais amplas ao longo do século XX.

Outras reformas aconteceram no sentido de adaptar as escolas de Goiás a essa modernidade, fato que cada vez mais invadia a vida em sociedade, pois o Estado goiano, começava a viver uma transição da vida do campo para a cidade, onde a construção da cidade de Goiânia nos mostra muito bem essas mudanças.

As duas reformas educacionais de 1918 e 1930 introduziram elementos da modernidade pedagógica em Goiás, inaugurando nas escolas goianas novos métodos, a partir da criação de um sistema público de educação escolar, formação de professores, prédios e mobiliários específicos. Às vésperas da Revolução de 1930 que instaurou um espaço destinado às decisões da Secretaria de Instrução Pública, o Palácio da Instrução. Outras medidas foram tomadas, como a convocação da Missão Pedagógica Paulista e do curso de aperfeiçoamento de professores primários (ALVES, 2012, p. 442)

O fato novo, é a criação de uma escola e um sistema público de ensino em Goiás ainda nos anos de 1930. Inclusive a formação de professores é um fato inovador, pois até o início do século XX o amadorismo tomava conta do professorado, pois poucos tinham uma formação universitária, até então a educação ainda tinha fortes traços da educação tradicional e conservadora, ao mesmo tempo ainda tinha a herança do período colonial e da educação jesuítica.

São esses tipos de investimentos que fazem com que a escola pública se desenvolva. A criação de organizações e instituições com objetivos de gerir e financiar a educação é também um bom ponto de partida para fazer com que esta possa ter certa qualidade e atender as demandas sociais. Concomitantemente, a esfera educacional deve ter um fim: formar social e intelectualmente seus cidadãos para desenvolver seus respectivos papéis na sociedade.

Mas, haviam alguns problemas para serem resolvidos em relação a educação. Assim, Alves (2012) aponta que alguns entraves sociais se faziam presentes nessa trama que representava a escola. A primeira e mais cruel delas, é que a escola pública teria como público - alvo as classes mais baixas, aquelas “empurradas” para a cidade por conta da fome. Ao chegar à cidade, a má condição

não se resolvia. Essa escola pública foi rotulada com a pecha de “lugar de pobre”, uma maneira de deixa-lo no seu canto. O “cada um no seu lugar” significava, desde cedo, uma delimitação de uma escola para ricos e outra, para os pobres. Essa questão revelaria tensões provocadas nos diversos discursos produzidos nos anos posteriores.

Seria então esse o grande problema da escola pública em Goiás no início de sua implementação? Para a autora acima sim, mas são desafios que deveriam ser superados ao longo do século XX com o desenvolvimento da sociedade goiana e investimentos no campo da educação. Em verdades, a escola pública vai receber as populações mais pobres de origem camponesa, mas esta instituição, deveria possibilitar uma educação aos filhos dos camponeses mais pobres.

Assim, a escola pública inicialmente em Goiás, tinha essa proposta de atender a uma demanda específica, que era basicamente inserir os filhos de camponeses na formação escolar, pois esses tinham dificuldades de adaptação, onde a sua realidade, era bem distinta da que eles agora passavam a enfrentar nas cidades.

Mesmo com princípios de laicidade, a escola pública ainda sofria influências do pensamento religioso e ao mesmo tempo distinguia os filhos das famílias ricas e das famílias pobres, pois os de origem privilegiada, passam a frequentar outro tipo de escola que não é a pública, instaurando assim mais uma forma de distinguir ricos e pobres.

Nesse período o Estado passa a ser o agente da escola pública em Goiás e vai gerir e financiar a educação. Alves (2012) nos mostra que os agentes coletivos organizados pelo estado queriam ampliar os seus domínios com a ênfase em uma escola voltada à formação da elite, que seria condutora dos processos, através de um tipo escolar específico, diferenciado e seletivo, de forma a preparar os quadros dominantes. Usavam como estratégia as alianças com as oligarquias, no sentido de inculcar valores autoritários, destinando 14,7% do orçamento para a área educacional.

Essa era uma contradição, pois ao mesmo tempo que estavam organizando uma escola para os filhos dos camponeses pobres, parte da elite goiana queria fortes investimentos na formação da elite local. Esses investimentos tinham um objetivo: melhorar a formação desses privilegiados e de alguma forma ter vantagens em relação aos demais integrantes da escolar e a busca por uma formação mais aperfeiçoada, no sentido de garantir seus interesses, inclusive como bem coloca a autora, fazendo associações com as oligarquias locais.

O Estado começa então a dar os primeiros passos no sentido de reformular a educação em Goiás, fato interessante, mas essas mudanças na escola pública irão ser lentas e nem sempre atenderão as demandas da sociedade goiana. Nesse sentido, Alves (2012) nos mostra que em Goiás, esse agente coletivo, circulava em torno da criação do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás, da Academia Goiana de Letras e da Revista Oeste. Por trás desse projeto cultural estava o projeto de Estado de não somente elevar o nível intelectual dos goianos, como também forjar um discurso em torno da identidade regional, a partir do que era considerado “moderno”.

Todas essas ações eram importantes para que o ramo educacional pudesse se fortalecer, pois com a criação desses órgãos, iria alavancar de alguma forma a educação em Goiás, pois até então, as instituições tinham um cunho muito fortemente ligado a religião católica, pois era o momento da formação de um sistema de ensino diferente do sistema religioso, onde a educação teria a sua autonomia para se organizar.

Nesse sentido, concordamos com a autora, pois era necessário aumentar o nível intelectual da sociedade goiana e a escola pública seria a grande responsável por esse desenvolvimento intelectual. Agora, forjar a construção de uma identidade local, não é algo bom, pois uma identidade deve ser formada a partir da cultura e dos valores da população, pois Goiás ainda estava em um processo de transição de um êxodo rural para as cidades goianas, que ainda eram poucas.

No entanto, entre as pretensões do governante e a prática, o retrato apresentado em Goiás era desalentador. A tão desejada obrigatoriedade de ensino pouco alterou a situação de precariedade das escolas. Só para se ter uma ideia do ‘drama’ no estado que se dividia entre o uso de novas práticas educativas, inspiração da Escola Nova, e a realidade. O índice do analfabetismo atingia 86,3% da população. Havia no estado vinte grupos escolares, um único jardim de infância, e mais 161 escolas comuns ou isoladas, além das escolas rurais mantidas por fazendeiros. O ensino secundário acontecia no Liceu de Goiás e no Ginásio Anchieta de Bonfim (Silvânia), inaugurado em 1929 (ALVES, 2012, p. 446).

Está claro que o Estado não consegue dar conta de atender as demandas da sociedade goiana, pois além de ser um momento novo e a própria esfera governamental não ter experiência com a gestão da educação, ainda levará certo tempo para que o sistema educativo goiano comece a se organizar de forma mais coerente com a realidade do Estado de Goiás.

Mesmo com o início da escola pública em Goiás, os índices de analfabetismo eram assustadores, onde mais de 80% da população eram de analfabetos. Era

preciso mudar essa realidade, e somente com investimentos iriam diminuir esse dado preocupante entre os goianos. Ainda eram poucas escolas para atender as diversas cidades que estavam se formando no Estado. Era preciso nesse contexto, saber realizar os investimentos e direcionar para atender aos fins da educação, não meramente construir escolas isoladas no campo ou na cidade para poder atender seu público.

Ainda assim, Alves (2012) diz que a criação de grupos escolares e a fundação de Goiânia atenderam aos interesses modernizantes de forjar um Estado Nacional a partir de um modelo de educação voltado para a difusão de códigos de civilidade nas cidades. O Jardim de Infância Modelo, os grupos escolares Modelo e Pedro Ludovico Teixeira, o Liceu de Goiânia, a Escola Técnica Federal, a Escola Normal Oficial e a Faculdade de Direito de Goiás, instituições de lugar de fala, atenderam aos propósitos governamentais na constituição de um projeto político marcado por um ideário educacional que não se materializou em propostas efetivas de universalização do ensino.

Não tinha como voltar atrás, a modernidade já era uma realidade em Goiás e era preciso superar o “atraso”, e a educação era uma das formas de inseri-lo nesse modelo de Sociedade e de Estado. Todavia, era preciso também realizar os investimentos adequados para fazer com que a esfera educacional pudesse dar bons resultados e colocasse Goiás no caminho do desenvolvimento modernizante.

Um dos documentos que orienta essa nova educação religiosa, é a nota do Conselho Estadual de Educação do Estado de Goiás, pois regimenta determinadas ações nesse sentido⁷, e esse artigo realiza as delimitações do que vem a ser a educação religiosa nas escolas goianas. Poderíamos dizer que de alguma forma é uma fonte nova de conhecimento para os alunos que visam agora, não mais estudar essa disciplina a partir de uma doutrina, mas tem base e origem na Ciência da Religião.

Por outro lado, a luta por uma escola pública de qualidade e que pudesse atender as demandas locais vai continuar, mesmo com a criação de novas escolas e instituições de ensino que ao longo do século XX buscam serem democráticas e universais, fugindo de uma formação dogmática e de cunho moral e religioso.

⁷ <http://www.sgc.goias.gov.br/upload/arquivos/2016-04/2007-2-cp-resolucao.pdf>, define questões importantes para o Ensino Religioso no ensino fundamental e médio da educação em Goiás.

3.3 RESOLUÇÃO CCE Nº 285, DE DEZEMBRO DE 2005

A partir da resolução do Conselho Estadual de Educação de dezembro de 2005, podemos perceber que esta normatiza o Ensino Religioso no Estado de Goiás, tornando-se lei que autoriza o ensino religioso transconfessional nas escolas públicas do Estado de Goiás. Sendo que por meio da lei, essa resolução oferece critérios para a escolha dos conteúdos programáticos de Ensino Religioso e quanto a oferta desta forma de ensino no Ensino Fundamental e Médio e na educação de jovens e adultos, (EJA).

Desta maneira, percebemos que o artigo-IV: estabelece que os conteúdos de ensino Religioso devem ser organizados com a observância do disposto no Artigo. 162, da Constituição Estadual e como prescrito no inciso 2º, do Art. 33, da Lei nº 9394/96, com a redação dada pela Lei Nº 9.475/97. Assim, passa a ter certa coerência com o que está sendo estabelecido. Por outro lado, de acordo com o art. 5º e incisos de I, II, III e IV. Os conteúdos de ensino religioso seriam distribuídos da seguinte forma na rede estadual de ensino de Goiás:

I – Antropologia das Religiões: O fenômeno religioso é entendido como construção cultural da humanidade, manifestada por meio de crenças e religiões, que interagem com o cotidiano por ela vivido e produzido.

II – Sociologia das religiões: o fenômeno religioso é estudado do ponto de vistas dos aportes e conflitos civilizatórios, criados por sociedades humanas, formados por experiências de diversas crenças.

III – Filosofia das religiões: O fenômeno religioso é tratado como manifestação ética da humanidade e como forma de compreensão do vivido, assim como destinação humana, por meio das divindades, dos textos sagrados, das espiritualidades.

IV – Literatura sagrada e símbolos religiosos: refere –se aos livros sagrados das religiões monoteístas e também orais, culturais e simbólicas, dos cultos afro-brasileiros de matrizes africanas e indígenas brasileiros.

Neste contexto de debates referente ao ensino religioso, este se insere nas seguintes sequências didáticas. De acordo com essa perspectiva, o ensino religioso está mediado pelas sequências didáticas que ocorrem através de momentos e situações de ensino planejada, organizada passo a passo e orientada pelo objetivo de promover uma aprendizagem bem definida. São atividades sequenciadas, com a intenção de oferecer desafios de diferentes complexidades para que os alunos possam, gradativamente se apropriarem de conhecimentos, atitudes e valores considerados fundamentais. Desta forma, podemos citar as sequencias didáticas que estão organizadas a partir da seguinte estrutura: I – Apresentação da proposta;

II Levantamentos dos conhecimentos prévios; III Ampliação do conhecimento; IV; Sistematização do conhecimento; V – Avaliação (GOIÁS, 2010, p. 13).

No que se refere a lei de 22 de julho de 1997, o Conselho Estadual de Educação fundamenta que: Art. 1º - O Ensino Religioso é de matrícula facultativa parte integrante da formação básica do cidadão e constitui disciplina de oferta obrigatória nos horários normais das escolas públicas do ensino fundamental e médio, inclusive de jovens e adultos, assegurado o respeito à diversidade religiosa e cultural do Brasil e a todas as crenças individuais. A partir do Artigo primeiro, dessa resolução que normatiza o Ensino religioso nas escolas públicas de Goiás, percebemos a contradição existente no sistema educacional de Goiás e a decadência, quanto à divergência da dificuldade em sua aplicabilidade nas escolas pública do Estado goiano.

Entretanto, o artigo 3º, em seu inciso I e II determina que o ensino religioso, nas escolas públicas faz parte das disciplinas do núcleo diversificado e não do núcleo comum. Dessa forma, o artigo 3º em seu inciso I começa então a divergir quanto a informação de sua proposta pedagógica do ensino religioso apresentada ao aluno de acordo com a resolução que o normatiza, sendo que a escola pública as vezes não informa para o aluno que a respectiva disciplina é de matrícula facultativa, outrossim, se existe o termo facultativo, ao mesmo tempo faz parte da formação básica do cidadão é de oferta obrigatória para o estado e facultativo para o aluno, se é facultativo torna-se opcional.

No inciso II - estabelece que os sistemas de ensino devem oferecer aos alunos que não optarem pelo Ensino Religioso, no mesmo horário, outros conteúdos de formação geral. No CEPI - Centro de Ensino em Período Integral Polivalente Dr. Sebastião Gonçalves de Almeida, na cidade de Uruaçu Goiás, segue aplicabilidade dessa resolução com ressalvas quanto a matrícula facultativa, pois o aluno as vezes não é informado desse direito, onde a Escola apresenta dificuldades quanto a essa informação, devido sua organização estrutural e pedagógica sem condições de atender o aluno em outro local fora de sua sala de aula, série e turma, devido ao fato da estrutura física do colégio não possuir espaços adequados e material humano para esse atendimento.

Em relação ao corpo discente, este é constituído por todos os alunos regularmente matriculados na Unidade Escolar. Assim, no ato da matrícula, o aluno assumirá compromisso de respeitar as autoridades constituídas, o Regimento

Escolar e demais normas vigentes, zelando e colaborando com os princípios filosóficos e administrativos da Unidade Escolar.

Sobre os direitos dos alunos previstos no Projeto Político Pedagógico, podemos dizer que são direitos do aluno:

Tomar conhecimento, no ato da matrícula, das disposições contidas no regimento; conhecer os Programas de Ensino que operacionalizam o Currículo Pleno de seu curso que serão desenvolvidas durante o ano letivo; receber assistência educacional de acordo com suas necessidades, observadas as possibilidades da Unidade Escolar; recorrer às autoridades escolares quando julgar prejudicado; ser respeitado e tratado com urbanidade e equidade; ter sua individualidade respeitada pela comunidade escolar, sem discriminação de qualquer natureza; participar das atividades escolares sociais, cívicas e recreativas destinadas à sua formação (PPP, 2019, p. 20).

Para admissão na qualidade de aluno, o candidato deverá satisfazer às exigências e aos requisitos previstos neste Regimento e nas demais normas vigentes. Segundo Brasileiro (2010 p. 20), o ensino religioso atual se apresenta mesclado de várias situações conflitantes e controversas, prevalecendo uma visão de disciplina auxiliar de outras ciências e de outras maneiras, variando de escola para escola.

Portanto, diante das idas e vindas do ensino religioso, que passa por várias alterações desde sua implantação constitucionalmente de 1934 de modo facultativo até 1988. Nessa perspectiva passa a ser inserido como oferta obrigatória, juntamente com as outras disciplinas intituladas como regulares do ensino fundamental. A partir de 1997, em sua representação como obrigatório passa a ser constituída pelo legislativo como órgão responsável pelo pagamento desses profissionais e exigindo ônus aos cofres públicos. Na concepção de CUNHA (2014, p. 05), o Ensino Religioso constitui disciplina nos horários normais do Ensino Fundamental. Mas os meios e os modos de seu oferecimento, foram objetos de conflitos, nas quais a hegemonia política da Igreja Católica foi ostensivamente posta à prova.

Por outro lado, o Projeto Político Pedagógico, ano 2009, assim elaborado pelo grupo gestor e comunidade escolar do Colégio polivalente Dr. Sebastião Gonçalves de Almeida, constitui importante instrumento de orientação para as atividades anuais realizadas na escola. Esse instrumento garante e concretiza a normatização dessa lei, no Projeto Político Pedagógico que consta a presença do Ensino Religioso, mas faz se de forma explícita e resumida a parte que trata essa disciplina.

A Comunidade escolar deve ter clareza sobre os princípios de ensino e a formação dos seus filhos. Desta forma, a montagem deste projeto estabelece as

ações realizadas por essa escola durante o ano, além de definir como será realizada e a função de cada ação pedagógica na escola.

O projeto político-pedagógico busca um rumo, uma direção. É uma ação intencional, com um sentido explícito, com um compromisso definido coletivamente. Por isso, todo projeto pedagógico da escola é, também, um projeto político por estar intimamente articulado ao compromisso sócio-político e com os interesses reais e coletivos da população majoritária. (...) na dimensão pedagógica reside a possibilidade da efetivação da intencionalidade da escola, que é a formação do cidadão participativo, responsável, comprometido, crítico e criativo. Pedagógico, no sentido de se definir as ações educativas e as características necessárias às escolas de cumprirem seus propósitos e sua intencionalidade" (VEIGA, 1995).

Assim, como um conjunto de intenção, este Projeto Político Pedagógico tem como finalidade definir a forma de atuação do Colégio Estadual Polivalente Dr. Sebastião G. de Almeida na formação de seu corpo discente. Essa atuação é definida de forma coletiva em reuniões e diagnósticos da realidade da comunidade onde este Colégio está inserido.

O objetivo para a montagem do projeto político pedagógico está vinculado diretamente a necessidade de aproximar o ensino da realidade destes alunos, assim sua construção representa a busca pela melhoria da qualidade de ensino desta escola. Esse repensar, enquanto parte de um conjunto social, procura reavaliar a função de sua atividade para a construção de uma sociedade mais igualitária.

Pretende-se que as ações de formação e as de acompanhamento sistematizado realizadas com base nessas matrizes privilegiem o diálogo entre a teoria e a prática, bem como a articulação entre os diferentes saberes que envolvem o ensino.

No sentido de valorizar a capacidade de utilização crítica e criativa dos conhecimentos e não o simples acúmulo de informações, as Matrizes Curriculares para o Ensino Fundamental indicam, aos profissionais que atuam na educação pública em Goiás, alguns encaminhamentos, como por exemplo: a leitura e a produção de textos em todas as áreas do conhecimento, o respeito à cultura local, a valorização do protagonismo juvenil, bem como o desenvolvimento de habilidades e competências, considerando o estudante sujeito de sua própria formação, assumindo sua responsabilidade como participante no processo de aprendizagem.

As orientações teórico-metodológicas que servem de fonte para as Matrizes Curriculares do Ensino Fundamental constituem um referencial para que os educadores e técnicos possam planejar e acompanhar as ações do processo de

ensino e aprendizagem nesse nível educacional, bem como estabelecer relações com as demais etapas e modalidades, sempre numa perspectiva de educação inclusiva.

Pretende-se que os professores, tendo participado desde o início do processo (2004), possam a partir do ano de 2009, dar continuidade a validação desse trabalho de construção das Matrizes Curriculares, na realização do trabalho docente cotidiano. Espera-se que esse novo jeito de caminhar, construído coletivamente, signifique um momento de conquista de valores e transformação das práticas educativas no ensino fundamental, contribuindo para que as metas propostas pelo processo de Reorientação Curricular sejam alcançadas, a saber:

Redução das taxas de evasão e repetência nas escolas estaduais; Implementação de uma proposta curricular com novos recortes, abordagens de conteúdos e práticas docentes que assumam as aprendizagens específicas de cada área; aprendizagens ligadas à leitura e à produção de textos, como compromisso de todos.

A ampliação dos espaços de discussão coletiva nas escolas e nas Subsecretarias Regionais de Educação vem ocorrendo. Que esse novo caminhar direcione e ajude a escola a cumprir sua função social de “ampliar a compreensão de mundo das novas gerações por meio dos conhecimentos historicamente acumulados, formando cidadãos críticos, solidários e participantes do projeto de democratização e humanização da sociedade” (*Currículo em Debate*, Caderno 3, p. 20).

Em termos gerais, a equipe docente do CEPI - Polivalente participa ativamente de formação continuada oferecida pela Secretaria de Estado de Goiás. A Resolução Nº 285, de 9 DE DEZEMBRO DE 2005. Em seu artigo 16, essa Lei determina e assegura que fica resguardado o direito de continuarem ministrando a disciplina Ensino Religioso àqueles que se capacitaram para tanto, com carga horária menor do que a prevista no inciso I, Art. 10 desta Resolução, devendo a estes ser oferecidas condições adequadas para que complete a referida carga horária. Mas aproximadamente há quase uma década, o governo de Goiás, não disponibiliza cursos e formação para os professores, pois o ensino religioso encontra-se esquecido e sem os incentivos adequados, que do decorrer de sua história, houve apenas uma pós-graduação no âmbito de formação ou cursos.

Assim, podemos afirmar que uma das dificuldades do Colégio Polivalente seria a ausência de formação para os docentes e falta de material didático de ensino

religioso e fontes que norteiam os profissionais para ministrar essa disciplina, constituindo aulas e disciplinas sem identidade. A escola tem autonomia na elaboração dos conteúdos programáticos, e na admissão de seus professores, como determina os Artigos 4º e 5º da Resolução CEE Nº 285, de 9 de dezembro de 2005.

O Colégio Polivalente, apresenta dificuldades quanto a falta de profissionais qualificados e do número reduzido de aulas de ensino religioso e a rotatividade dos professores que atuam como contratos temporários e que são dispensados no término de sua contratação. Por consequência, não tem efetivos e assim quando ministram aulas de religião não necessariamente possuem formação adequada, visto que o estado não tem realizado concursos públicos atualmente.

Diante dessa realidade, Brasileiro (2010) afirma: O Ensino Religioso, manteve-se, portanto, como um dever do estado e uma opção para os alunos, por ser facultativo, mas a sua prática é ainda bastante diversificada. Isto porque a Lei, conforme já foi dito, deixa aberto aos sistemas de ensino tanto a regulamentação dos conteúdos quanto a forma de admitir os professores.

Diante de tantos debates referentes ao Ensino Religioso a Resolução CEE N. 2, DE FEVEREIRO DE 2007 altera a resolução CEE N. 285, de 9 de dezembro de 2005. O CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DE GOIÁS, os pareceres da CNE/ CEB N. 02/98, a instrução normativa CEE N. 01/99 e o parecer CEE/CP n. 206/2005, que fundamenta esta Resolução e a integra para todos os efeitos.

Resolve fazer a seguinte junção: o Artigo 1º e o Artigo 2º da Resolução CEE N. 285/2005, passa a vigorar com acréscimo de parágrafo único. A partir dessa unificação no artigo 162, inciso I, da Constituição Estadual, o Ensino Religioso é ministrado como disciplina do núcleo diversificado desta Resolução.

O Artigo 2º e Artigo 6º, caput, da Resolução CEE N. 285/2005, passa a vigorar com a seguinte redação:

Artigo 6º - os conteúdos de ensino Religioso serão ministrados como disciplinas a partir do 6º ano do ensino fundamental, e se este for de 9 (nove) anos, e, a partir da 5ª série, se a duração deste nível da educação básica ainda for de 8 anos, e também, no ensino médio, de acordo com o for estabelecido no Regimento e na Matriz Curricular da unidade escolar. A partir de 2018, O CEPI, Polivalente Drº Sebastião Gonçalves de Almeida, não consta o ensino no ensino médio, que faz parte de uma das modalidades dessa instituição.

Quanto ao Projeto Político 2019 do CEPI Polivalente Dr. Sebastião Gonçalves de Almeida, esse redimensionamento da função educativa passa a pensar a escola

não como uma instituição que atua sobre a formação individual, mas ao perpassar essa esfera de sua função começa a visualizar sua importância coletiva, na construção do projeto, logo, ao estabelecer a necessidade de um projeto que enfrente as dificuldades apresentadas no contexto da educação e social de nossa comunidade, a escola abre caminho para uma relação educacional de preocupação e superação de suas dificuldades. Nesse contexto o Projeto Político Pedagógico tenta aproximar a comunidade do processo essencial para a construção de uma comunidade mais responsável e crítica, pois, tornam os alunos construtores, vozes que ativamente os influenciam e orientam a sua formação.

Conforme Pereira (2004), torna necessário um novo pensar das práxis e do devir do ensino e desta instituição no contexto social a que está inserida. Destarte, ao repensar a função educativa e ressignificar a importância da instituição percebe-se a relevância do patrimônio cultural que se torna mercadoria da escola. E como o conhecimento deste patrimônio pode modificar não mais o indivíduo, mas a sociedade em que cada pessoa modificará com suas ações.

Se a escola é fruto da sociedade, é consequência dos saberes construídos socialmente, culturalmente, subjetivamente pelas pessoas que estão fora e dentro da escola, como podemos pensar em mudanças a partir daqueles que não estão diretamente ligados a esta realidade. Alunos, professores, comunidades, não podem figurar apenas nos papéis e nas propostas, devem fazer parte do sistema de reformulação do pensar a educação e a escola (GADOTTI, 2010, p. 21).

Um dos principais pontos de sustentação do processo de aprendizagem do estudante está diretamente ligado à função docente, que se configura como atividade essencialmente coletiva, fundamentada em estudos e reflexões cotidianas que propiciam o repensar das ações educativas e a construção de uma prática teoricamente atualizada com reflexões e fundamentos.

Nesse modelo de organização das escolas, o professor tem algumas funções e atribuições. Desta maneira, as atribuições do Professor das Unidades Acadêmicas que Integram a Secretaria de Estado da Educação são:

Participar do planejamento e execução dos projetos coletivos da unidade escolar especialmente. Do Projeto Político-Pedagógico e Plano de Desenvolvimento Educacional, Conselhos Escolares, dentre outros; Elaborar, previamente, seu Plano de Curso, levando em conta a realidade e vocação do município de Uruaçu, as experiências socioculturais dos estudantes, trabalhando em parceria com os professores da mesma disciplina, de forma integrada e interdisciplinar com a colaboração da equipe pedagógica da escola, visando a integração dos diferentes níveis de ensino. (REORIENTAÇÃO CURRICULAR. 2009 [s.p])

Assim, temos então um conjunto variado de ações e funções, as quais o professor deve desenvolver em seu trabalho, normalmente essas atividades são coletivas e realizadas no interior da instituição escolar juntamente com alunos e a coordenação da escola. Essas práticas são fundamentais para o bom desenvolvimento escolar e de todos os seus integrantes.

Sobre o currículo, este extrapola o “fazer” pedagógico abrangendo elementos como grade curricular, disciplinas, conteúdos e conhecimento. É necessário valorizar os saberes que o aluno traz de seu cotidiano. Demonstrando o objeto do conhecimento, que não deve ser trabalhado de forma superficial e desvinculado da realidade. Está enraizada, em nossa ação pedagógica diária, uma metodologia tradicional que entende o conhecimento como um produto pronto para apenas ser repassado, considerando somente a interação unilateral entre professor e aluno. Todavia, é preciso que o objeto do conhecimento seja tratado por meio de um processo que considere a interação/mediação entre educador ↔ educando como uma via de “mão dupla” em que as relações de ensino-aprendizagem ocorram dialeticamente e de forma construtiva.

No segundo capítulo, nossa proposta, foi realizar um estudo histórico sobre o Ensino Religioso em Goiás, para mostrar um pouco sobre sua origem e formação, mas principalmente suas implicações e polêmicas, pois ao longo do período em que começou a ser implementado, desde o início da ocupação do Estado de Goiás, houve em diversos momentos pontos e ações polêmicas, tanto por parte dos governantes, quanto por meio da igreja, das escolas e da própria sociedade. No século XIX em Goiás a sociedade ainda tinha essa necessidade do Ensino Religioso confessional, mas com o desenvolvimento histórico e social, foi percebendo novas demandas e necessidades, logo, teria que passar para uma outra forma de ensino.

Por outro lado, a igreja continuava defendendo o Ensino Religioso católico, mesmo com as mudanças históricas na sociedade, bem como a necessidade da população, que na passagem do século XIX para o XX em Goiás, começa a sair do campo e vir morar nas cidades. Assim, as primeiras mudanças começam a surgir, pois a educação nas cidades tem uma outra lógica e forma de organização, apesar de haver ainda determinados grupos sociais que defendiam o tipo de ensino anterior.

Dessas mudanças históricas, ao longo do século XX, ficou a polêmica do Ensino Religioso confessional ou não, mas foi uma temática que sempre esteve em

pauta, pois trata-se de questões fundamentais para os mais variados grupos sociais que integram e interagem com a sociedade. Foram várias as leis que regiam e regem o Ensino Religioso em Goiás e no Brasil, como é o caso da Constituição Federal de 1988, na qual trata o Estado e a Escola como sendo instituições laicas e com autonomia para desenvolver suas atividades frente aos dogmas e doutrinas religiosas.

Para tanto, ainda assim, há polêmicas, como a do Supremo Tribunal Federal que recentemente votou para a volta do Ensino Religioso, mas de forma facultativa. De fato, é uma grande contradição, um Estado com uma instituição de ensino laica, ter de volta o Ensino Religioso facultativo em suas instituições de ensino.

No Estado de Goiás, foi aprovado no ano de 2009 uma lei estadual que aprova o Ensino Religioso nas escolas públicas do Estado, mas um ensino não voltado para atender aos interesses da igreja católica ou qualquer outra instituição de ensino, mas sim, para trabalhar com a Ciência da Religião como formadora. Neste sentido, essa lei se tornou interessante, pois trata o conhecimento nesse campo de forma acadêmica e científica, fugindo do simples acompanhamento de uma doutrina religiosa, fazendo com que os alunos possam realizar suas reflexões históricas, sociológicas, culturais, religiosas e antropológicas de forma mais autônoma e possam discutir com os agentes da escola para fazer avançar o saber humano, moral e religioso.

4 A PROPOSTA DE REORIENTAÇÃO CURRICULAR DO ESTADO DE GOIÁS DE 2009 E SUA APLICAÇÃO NA ESCOLA ESTADUAL POLIVALENTE DE URUAÇU

4.1 A PROPOSTA DE REORIENTAÇÃO CURRICULAR EM GOIÁS

Neste terceiro capítulo nossa proposta é realizar uma investigação sobre a proposta de reorientação curricular do Ensino Religioso em Goiás a partir do documento de 2009 e verificar sua aplicabilidade no Colégio Polivalente de Uruaçu, e também perceber a ação dos agentes envolvidos no processo de ensino e aprendizagem nessa instituição de ensino.

Desta forma o Colégio Estadual Polivalente, intitulado Dr. Sebastião Gonçalves de Almeida, fundado em 1978 devido a necessidade da população local, teve como primeira função possibilitar a formação profissional em nível do Ensino Médio. Posteriormente na década de 1990, um novo modelo educacional surge no cenário brasileiro e a oferta do ensino passa por modificações gradualmente, deixando de ofertar o ensino profissionalizante, passando para o ensino científico no intuito de formar os alunos nos conhecimentos teóricos para possibilitar e ampliar a capacidade crítica e garantir a autonomia de pensamento⁸.

Esse documento está de acordo com a Constituição Cidadã de 1988, pois visa a formação de cidadãos no âmbito da educação religiosa a partir de uma laicidade. Segundo Cunha (2014) esse período de elaboração da Constituição de 1988 e, mais particularmente, da LDB/96 foi aquele em que a posição politicamente dominante desfrutada pela Igreja Católica passou a ser diretamente contestada fora e dentro do campo religioso. Fora dele por um amplo, todavia inorgânico, movimento pela laicidade do Estado em matérias como os direitos sexuais e reprodutivos; e dentro desse campo, pelas Igrejas evangélicas em crescimento, não só em termos do número de fiéis, como, também, da presença de pastores com mandato parlamentar (CUNHA, 2014, p. 155).

Trata-se de um período de mudanças em que a sociedade civil na sua relação com o Estado vai começar a exigir determinados direitos sociais e políticos, para que todos possam ter igualdade de acesso ao ensino e conseqüentemente à uma educação pública de qualidade socialmente aceitável.

⁸ <http://escolajovempoli.blogspot.com/>. Essa foi uma das fontes de informações importantes que tratam um pouco do histórico desse colégio, que completou 40 anos recentemente.

Assim, com esse argumento, nesse primeiro item vamos nos deter sobre o documento que vai legislar sobre o Ensino Religioso nas escolas públicas do Estado de Goiás. Não se trata de somente realizar uma leitura sobre esta fonte, mas fazer uma análise sobre as suas principais ideias e propostas para serem implementadas nas escolas públicas goianas.

Inicialmente podemos dizer que o governo estadual segundo Pereira (2009), por meio da Secretária de Estado da Educação, iniciou em 2004, o processo de reorientação curricular do 1º ao 9º ano do Ensino com Ampliação do Ensino Fundamental para 9 anos, tendo como fundamento o ensino por competências e habilidades em conformidade com os quatro pilares da educação.

Trata-se de um período de organização e discussão para que fosse colocado em prática essa nova orientação sobre o currículo em Goiás nas escolas públicas da rede estadual. Foi feito inicialmente a ampliação dos anos de estudos de 8 para 9 anos, destacando as competências e as habilidades para que os alunos possam se desenvolver de forma ampla e tenham uma formação integral na escola.

Um dos grandes desafios da escola no século XX e XXI foi a universalização e democratização e nesse sentido o Estado de Goiás veio possibilitar essas questões, vejamos mais de perto algumas delas:

Diante da necessidade de democratização do conhecimento, do fortalecimento da autonomia escolar no processo de elaboração do Projeto Político Pedagógico, da permanente qualificação dos profissionais da educação em todo o Estado, as Matrizes Curriculares constituem qualificação dos profissionais da educação em todo o Estado, as Matrizes Curriculares constituem parâmetros básicos para o desenvolvimento de qualquer atividade educacional que tenha como foco a qualidade do ensino e a aprendizagem no Ensino Fundamental (GOIÁS, 2009, p. 05).

Essa necessidade em democratizar o ensino engloba práticas que envolvem todos os integrantes da escola e também a sociedade, pois esta última deve se envolver em questões importantes como é o caso da formação escolar de seus filhos. Uma gestão democrática é fundamental para o bom funcionamento da escola e o PPP (projeto político pedagógico) é um dos documentos que servem de base para esse fim, sendo que os professores, alunos e família devem participar de sua construção.

Quando há uma proposta de gestão democrática, essa deve se referir também o desenvolvimento continuado de professores, pois desta forma, estarão contribuindo para uma formação de qualidade aos seus alunos para que possam ser cidadãos conscientes do seu papel no interior da escola e da sociedade.

Assim, podemos perceber que o respeito a cultura local e juvenil, bem como o desenvolvimento de habilidades, considerando o estudante sujeito de sua própria formação, assumindo sua responsabilidade como participante no processo de aprendizagem (GOIÁS, 2009, p. 6).

Esse ponto é fundamental, pois o respeito aos interesses da juventude é crucial para que a escola possa conseguir estabelecer uma relação com os jovens, principalmente possibilitando que desenvolvam suas habilidades e autonomia.

Quando falamos em uma escola democrática, estamos nos referindo a autonomia, e que este possa participar de todo o processo de formação escolar. Visto que a escola deve ser o espaço da autonomia e das práticas democráticas, que ajudam a fortalecer a juventude como uma categoria social, que visa atender aos seus interesses sociais, escolares e culturais.

A escola em termos de uma organização escolar associada ao Estado que visa a formação das crianças e jovens, deve ser um espaço de múltiplas possibilidades de formação social, cultural e escolar. Para tanto deve atender os alunos de forma organizada e que possa compreender a realidade na qual estão inseridos, e mais importante, respeitar suas particularidades enquanto crianças e jovens.

Desta forma a escola não pode perder de vista a qualidade na formação dos seus alunos como um todo. Assim, podemos perceber:

[...] a melhoria da qualidade da aprendizagem, entendida como construção/reconstrução do conhecimento e envolvendo as seguintes competências: **Cognitivas/ Aprender a pensar** – competências que requerem o desenvolvimento do pensamento por meio da pesquisa e da organização do conhecimento. Habilita o indivíduo a pensar de forma crítica e criativa, a posicionar-se, a comunicar-se e a estar consciente de suas ações. **Atitudinais/ Aprender a ser e a conviver** – competências que visam a estimular a percepção da realidade, por meio do conhecimento e do desenvolvimento das potencialidades individuais: conscientização de si mesma e de sua interação com o grupo. Capacidade de conviver em diferentes ambientes: familiar, profissional e social. **Operativas/ Aprender a atuar** – competências que preveem a ampliação do conhecimento teórico em prática responsável, de forma refletida e consciente (GOIÁS, 2009, p. 8, *grifos do autor*).

A escola deve desenvolver atividades que possam contribuir para que seus alunos, independentemente da idade, possam aprender a pensar e a se desenvolver como cidadãos críticos e conscientes do seu papel, nesse caso, é possível desenvolver atividades de pesquisa, respeitando o nível de desenvolvimento dos

alunos. Os discentes também devem aprender a estabelecer boas relações humanas entre os integrantes da escola, com professores e alunos e demais integrantes da instituição escolar e ao mesmo tempo compreender a realidade na qual ele integra.

O ambiente escolar deve ser também um espaço que além da formação escolar e acadêmica, deve possibilitar a ampliação de sua visão de mundo sobre os fatos, a sociedade e as relações políticas. Essas são questões importantes para a formação de crianças e jovens, em que a escola deve estar preocupada com o desenvolvimento amplo dos alunos em todos os momentos no contexto escolar.

Segundo o documento Goiás (2009), na elaboração de um plano de ensino é preciso levar em conta: o projeto educativo da escola, o que definiu como metas a alcançar, o que destacou como prioridade de aprendizagem, o tipo de aluno que se pretende formar. Aprendizagens que o aluno já realizou, o seu nível de conhecimento. Exigências da cultura local e as culturas juvenis. Resultados de pesquisas, no interior da escola, sobre aprendizagem dos alunos em cada nível do ensino. Contribuições das áreas do conhecimento (GOIÁS, 2009, p. 9).

Nesse sentido, a escola vem buscando se adaptar a essa nova legislação, pois professores e alunos estão engajados nesse projeto. As áreas de conhecimento humano devem estar interligadas e o Ensino Religioso vem buscando realizar esse tipo de aproximação, pois o ideal seria um professor com formação em Ciências da Religião para ministrar as aulas, mas falta por parte do governo realizar investimentos para essa formação, normalmente essa disciplina não é complemento de carga horária, mas tem um professor com graduação em humanidades.

Para que a escola possa dar conta de cumprir o seu papel social, esta tem que ter certa organização em termos de gestão e prática curricular e um ensino que possa ser também sistematizado de forma coerente. Seu plano de ensino tem que estar claro, com objetivos definidos e com suas prioridades em relação a formação do aluno, bem como perceber em que realidade este está inserido.

Por outro lado, esse plano tem que ir além da simples formação do aluno, pois tem que estar de acordo com as mais variadas possibilidades de formação do discente. Todas as áreas do conhecimento devem estar inseridas, não tendo que dispensar conhecimentos, neste caso, o próprio Ensino Religioso como forma de conhecimento está associado a realidade da escola, pois esse documento além de

propor novos elementos para o desenvolvimento do aluno, visa também trabalhar a questão desta disciplina.

Nessa relação entre professor e aluno, o professor não é o centro do processo de ensino e aprendizagem, mas todos são atores que o englobam. Então, o documento afirma que os educandos devem ter consciência da qualidade da própria aprendizagem e de sua produção. Para isso, devem ser estimulados a analisar situações concretas e hipotéticas e a conceber, com o auxílio docente, um projeto pessoal de formação (GOIÁS, 2009, p. 9).

Essa consciência é formada na relação humana dentro da escola, onde todos possuem conhecimento de sua função no interior da instituição escolar. O professor nesse processo é um orientador que vai possibilitar uma formação para o aluno, mas sem direcionar ou doutrinar o discente para sua formação pessoal.

De forma geral, podemos ver que a integração de saberes é um processo em que um novo saber liga-se a saberes anteriores na aplicação de conteúdos específicos em situações concretas de aprendizagem (GOIÁS, 2009, p. 8). A escola tem que respeitar os saberes dos alunos previamente, pois ao fazer esse exercício, a instituição vai de alguma forma se desenvolver e ter clareza do seu papel social em relação ao estudante.

Muitas vezes a escola trabalha com fundamentos muito abstratos fazendo com que o aluno se distancie dessas formas de saberes, assim, não estaria cumprindo o seu papel. A escola além de respeitar os saberes anteriores dos alunos, também tem que trabalhar com elementos do cotidiano do estudante, de forma concreta e real, dando possibilidade para que conheçam concretamente a sociedade ou comunidade na qual estão vivendo, nesse sentido, a instituição estará cumprindo um papel importante na vida dos alunos.

Para tanto a escola tem que realizar investimentos para poder se organizar, e ao mesmo tempo ter um planejamento é fundamental no desenvolvimento do trabalho pedagógico. Planejar torna possível definir o que se pretende alcançar, prever situações e obter recursos (materiais ou humanos) (GOIÁS, 2009, p. 8).

Este planejamento é fundamental para o bom funcionamento da escola, porque faz com que a instituição tenha uma possibilidade de trabalhar racionalmente a partir de práticas pedagógicas coerentes com a realidade dos seus alunos. Todo planejamento vai antever determinados problemas que todos irão encontrar no processo de ensino e aprendizagem dos alunos.

Desta maneira o governo de Goiás foi ao longo dos anos buscando produzir uma proposta de Ensino Religioso para as escolas públicas goianas. E assim, podemos perceber nas reflexões citadas abaixo:

Esses referenciais para o Ensino Religioso foram apresentados como uma proposta inovadora. Propõem estudar cientificamente o fenômeno religioso a partir de áreas específicas do conhecimento, como a antropologia, a sociologia e a filosofia. Contudo, ela segue orientações dos PCNER do FONAPER e traz em seu bojo elementos tradicionais, ideias conservadoras, que fazem parte do imaginário social, como a ideia de que o ser humano é um ser de transcendência, que deve investigar a razão de sua existência, sua vida após a morte; a associação entre religião e a formação em valores e a prioridade para o estudo das religiões monoteístas (MUNIZ, 2014, p. 8-9).

No princípio a busca é pela inovação, pois o ensino em qualquer modalidade necessita dessas formas inovadoras de ensino. Não é estudar meramente o fenômeno religioso, mas esse estudo visa um aprofundamento da forma do saber religioso de forma científica. Então, diz respeito a uma forma de ensinar a religião a partir de seus pressupostos históricos, sociais e antropológicos, levando os alunos a um processo de racionalização que visa a partir da razão científica produzir um tipo de saber.

Não se trata de estudar a religião para legitimar as práticas da igreja, como foi ao longo do período colonial, mas sim, trazer algo novo para as escolas da rede pública e conseqüentemente para os alunos que integram essas instituições de ensino.

A escola na sua relação com a sociedade tem que possibilitar o desenvolvimento humano e social, afim, de se adaptar às novas realidades. Como vivemos em uma modernidade, o âmbito escolar tem que viver esse modelo de sociedade, visto que não é adequado utilizar modelos de Ensino Religioso ultrapassados, os quais estão preocupados com uma formação dogmática e doutrinária.

Nesse contexto da modernidade, é preciso ir além dos modelos do passado e propor de fato algo inovador no sentido de possibilitar ao aluno novas formas de pensar o religioso como um fenômeno e não meramente como reprodução de formas religiosas de maneira dogmática. Na escola temos múltiplas visões sobre o mundo, onde cada indivíduo carrega em si um dogma e uma doutrina religiosa, sendo que o ensino religioso não conseguirá atender a cada uma dessas pessoas,

mas apenas trabalhar os processos históricos, sociais, filosóficos e antropológicos da religião, com a finalidade de formar um pensamento crítico sobre essa realidade.

Com a legislação de 2009 sobre o Ensino Religioso em Goiás, temos que perceber que não basta a lei, pois a escola tem que partir de sua organização para colocar em prática o que se introduz no ordenamento jurídico, no sentido da formação do aluno. A lei auxilia, mas é preciso uma ampla compreensão sobre esta e ao mesmo tempo se possibilitar uma discussão prática sobre essas questões:

Ainda em 2010, a Emenda Constitucional n. 46 do estado de Goiás, alterou textos da Constituição de 1989. A nova redação dos artigos sobre o Ensino Religioso assegurou sua oferta no Ensino Médio, particularidade de Goiás e de mais algumas unidades da federação, bem como garantiu questões relativas à remuneração das aulas por parte do estado e a responsabilidade da Comissão Interconfessional quanto à elaboração e fixação dos conteúdos dessa disciplina, fato que aponta a estabilidade alcançada pelo Ensino Religioso em Goiás e o reconhecimento do CIERGO como uma comunidade disciplinar importante (MUNIZ, 2014, p. 9).

Foram alterações significativas que possibilitaram a garantia do Ensino Religioso nas escolas públicas do Estado de Goiás. Essa nova lei de 2010 tinha por interesse dar certa segurança ao Ensino Religioso em Goiás, ao mesmo tempo garantindo uma quantidade de aulas para essa disciplina, como introduziu a legislação de 2009. Nesse sentido, é possível perceber a importância desse ensino para o currículo escolar das escolas públicas do Estado de Goiás.

Toda disciplina escolar do currículo tem um objetivo, além da formação escolar, visa contribuir com a formação cultural dos alunos, e a disciplina de Ensino Religioso com essa nova proposta terá essa finalidade. Então, cabe as escolas e a sua gestão e também aos professores, saber e ter consciência para trabalhar este ensino, que de alguma forma traz para o espaço da instituição escolar, certa polêmica, já que trabalha com valores morais e sociais formados pelos alunos no interior das suas famílias.

Outro ponto importante é a questão do ensino não confessional, pois historicamente, a forma de ensino era confessional, desde o início do processo de colonização do Brasil, mas que ao longo dos tempos foi sendo modificado, um período importante é o da proclamação da República Brasileira, por meio da qual o ensino passa a ser laico.

Agora com essa nova proposta, temos então, muitas questões importantes a serem trabalhadas no novo Ensino Religioso. Assim, podemos perceber:

Os eixos apontam para uma orientação não confessional no Ensino Religioso na rede pública estadual de Goiás buscando respeitar a multiculturalidade da sociedade brasileira. Lembramos que, conforme a referida Resolução nº 285 do CEE, o Ensino Religioso está normatizado para ser trabalhado de forma transversal do 1º ao 5º ano e como disciplina nas demais etapas da Educação Básica. Além disso, a Seduce-GO destaca que o professor e a equipe pedagógica têm autonomia para fazer adaptações aos conteúdos de acordo com a realidade de cada instituição, garantindo o respeito à diversidade cultural e religiosa (LOPES, 2015, p. 48).

Esse fato do Ensino Religioso não confessional já é muito importante, pois rompe com modelos anteriores que não davam certo. Outro elemento importante é a respeitabilidade da multiculturalidade da História da sociedade brasileira, que não foi respeitado ao longo dos períodos anteriores em relação ao Ensino Religioso confessional que existia nas escolas antes de 1889.

Outro fato importante é a autonomia que é dada tanto para professores e alunos, onde a escola tem a liberdade de trabalhar com os conteúdos dessa disciplina. Neste caso, o professor vai se possibilitar ter em mente um ensino que possa dar conta de atender aos interesses da realidade em que o aluno se encontra, fugindo dos dogmatismos e principalmente da confessionalidade que existia até então.

Lopes (2015) afirma que as orientações curriculares para o Ensino Religioso em Goiás assim como os cursos de pós-graduação stricto sensu Ciências da Religião da Pontifícia Universidade Católica de Goiás, dialogam com os parâmetros sugeridos pelo Fórum Nacional Permanente do Ensino Religioso e compreendem a religião da mesma forma.

Vimos aqui uma preocupação da disciplina de Ensino Religioso em relação aos cursos de pós-graduação, pois ambos têm que ter uma ligação, para assim, poder funcionar de forma organizada e coerente. A religião da forma que será ensinada, terá que ter uma base com as demais formas de saberes, principalmente os saberes religiosos aplicados em cursos superiores e nos cursos de pós-graduação.

Por outro lado, nessa nova legislação em vigor a partir de 2010 em Goiás, é possível perceber certa coerência, pois o conhecimento da disciplina de Ensino Religioso, está em conexão com as Ciências da Religião estudada nas universidades do Estado, para tanto, os estudos nesta disciplina têm como proposta

estudar a religião como ciência nos seus mais variados aspectos, e não mais estudar a religião como doutrina de forma dogmática

Trata-se de uma proposta de currículo interessante, agora é a hora da escola e seus integrantes colocar em prática esse projeto, pois professores e alunos terão certa autonomia para trabalhar com essa disciplina em sala. São temáticas importantes para a vida cultural dos estudantes e estes devem aproveitar os momentos de leituras e debates para formar uma visão sobre as mais variadas formas religiosas existentes nas sociedades ocidentais e orientais. Deve haver debates com a comunidade e famílias para poder buscar uma autonomia para a construção de uma proposta que seja viável para a escola.

Nesses debates e discussões os alunos crescem como pessoas, se desenvolvem intelectualmente e ao mesmo tempo acumulam um conhecimento diferente do que até então está acostumado na escola, surgindo assim, um momento novo e diferente no ambiente escolar. Todos ganham com uma disciplina como essa, a qual possibilitará a formação de novos conhecimentos e novos valores aos alunos de forma geral.

Temos então, mais alguns elementos desse novo currículo que são interessantes para a vida dos alunos, principalmente no que se refere a sua formação como um cidadão que vai atuar em uma sociedade cada vez mais dinâmica. Desta forma, Lopes (2015) diz que, as possibilidades temáticas apresentadas no Currículo de Referência de Goiás não são restritivas e oferecem ao professor a possibilidade de ampliar e explorar os conteúdos com liberdade. Ao mesmo tempo, são vagas, subjetivas e abrangentes em demasia o que pode causar uma inconsistência conceitual e o conseqüente abandono da proposta pelos professores.

Estamos diante de uma proposta coerente para o Ensino Religioso nas escolas públicas do Estado de Goiás segundo Lopes aponta, pois não irão restringir professores e alunos, pois todos têm sua autonomia garantida. Mas corre-se o risco de perder certos objetivos, pois as propostas são subjetivas, neste caso, o professor deve ter a formação na área para poder saber trabalhar com essas questões, pois sendo conhecedor desta, terá melhores condições de avaliar e trabalhar a proposta do Ensino Religioso.

4.2 AS PRÁTICAS DO ENSINO RELIGIOSO NO CEPI POLIVALENTE – URUAÇU

Sobre a cidade de Uruaçu, podemos dizer que sua fundação, por se tornar um sonho de seu fundador, Coronel Gaspar Fernandes de Carvalho obteve recursos em forma de investimentos para a capela Sant'Ana, para a construção do cemitério local e cadeia pública e também para uma hidrelétrica no Rio Passa Três. Em 1927, começaram a desbravar as primeiras estradas no povoado, onde antes da construção da BR 153, existia um outro meio de trafegar que era a estrada denominada de Real que cortava de Norte a Sul o país, onde trafegava tropas carregadas de mercadorias oriundas de São Paulo, Corumbá, Pirenópolis e outros lugares existentes.

Na década de 50, o engenheiro desbravador Bernardo Sayão chega a cidade de Uruaçu e realiza a construção da estrada. Diante os sonhos de seu fundador, se observa que falta ainda o poder político para a elevação do distrito de Sant'Ana para município. Concomitantemente, no ano de 1931, o Coronel Gaspar, enviou seu filho Manoel Fernandes de Carvalho a Goiânia ao encontro do interventor Pedro Ludovico Teixeira para concretizar a necessidade do distrito à condição de município.

O interventor e presidente do estado de Goiás assina o Decreto de Lei Nº 1204 de 4 de julho de 1931. Esse pedido se fez necessário, segundo o interventor federal Pedro Ludovico, devido aos clamores dos eleitores do Distrito de Sant'Ana e de sua representação majoritária exigirem o desmembramento do município de Pilar, para se tornarem independente com sede em Sant'Ana.

A Igreja Católica Apostólica Romana, fez presente na criação desse município, contando um bom número de fiéis como seus seguidores e praticamente a religião oficial de Sant'Ana. A prelazia estava localizada em São José do Tocantins, atual Niquelândia e o bispo Dom Francisco Carrera Prada, residia e tinha sob seu comando alguns padres. Mesmo a sede da Igreja e sua prelazia continuasse em Niquelândia, Dom Prada já residia em Uruaçu e houve um desafeto em razão dessa transferência e atuação do bispo em Sant'Ana.

No decorrer de sua história, cria-se em Sant'Ana a primeira escola pública, isso possivelmente seria, porque já existia na fazenda Passa Três um grande número de crianças precisavam frequentar a escola. Em 1914, Lastênia Fernandes de Carvalho recebe o convite para ser professora, mas somente em 1915 a mesma assumiu a instituição, exercendo sua função até o ano de 1918. E após essa escola

rural, surge a primeira escola pública de Uruaçu, no ano de 1923, atendendo apelos e reivindicações dos moradores de Sant'Ana, o Presidente do Estado de Goiás, Doutor Miguel Rocha Lima, criou a primeira escola pública do município de Uruaçu, onde foi nomeado como professor e diretor, Manoel Fernandes de Carvalho, que dirigiu a escola até 1926, sendo substituído pela professora, Joana Rodrigues de Freitas. Não se tem conhecimento sobre como seria a forma de educação ministrada pelos professores daquela época em Sant'Ana.

O Colégio Polivalente é uma instituição pública estadual localizada na cidade de Uruaçu e visa a formação de jovens e adultos em nível fundamental e médio. A instituição leva o nome de um seminarista e político goiano que viveu em Goiás do final do século XIX e morreu em Goiânia no ano de 1966. Sebastião Gonçalves de Almeida foi vinculado ao Partido Social Democrata, foi deputado estadual entre 1951-1955, sendo presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Goiás⁹. Esse político passou a ser uma das referências na região de Jaraguá, Mara Rosa, Uruaçu e região, posteriormente tem seu nome associado a educação e passa a ter seu nome gravado na história de Goiás, fato este que passou a levar nome da escola na qual estamos pesquisando.

Assim, torna-se importante a partir de agora, realizar uma investigação sobre as práticas do Ensino Religioso em Goiás e como esta deve estar em conexão com a legislação de 2009, a qual estamos analisando nesse trabalho. No colégio Polivalente esse documento é base para o desenvolvimento das atividades no âmbito da disciplina de Ensino Religioso.

Por outro lado, essas práticas devem estar associadas a realidade na qual os alunos se encontram, bem como trabalhar temáticas voltadas para atender aos anseios dos jovens. Nessa atividade explicitada abaixo, podemos perceber essa preocupação em relação a temáticas atuais que estão também associadas a legislação que rege o Ensino Religioso em Goiás.

No fragmento abaixo, temos uma atividade para alunos do ensino médio e que discute um tema importante para a sociedade contemporânea que é a questão das drogas associado a violência. Assim, a atividade expressa o seguinte:

⁹ GOIÁS. **Perfil biográfico de Sebastião Gonçalves de Almeida**. Disponível em: <https://portal.al.go.lg.br/deputado/perfil/deputado/1456>. Acesso em 09 de fevereiro de 2019.

Texto 01: A Violência: Drogas e Violência são irmãs.

Os dados são assustadores: segundo dados do Ministério da Justiça, no Brasil, a cada 13 minutos uma pessoa é assassinada; 50% dos moradores das capitais evitam sair à noite com medo de assaltos; o Brasil é o terceiro maior mercado de carros blindados do mundo. Surge então a pergunta: Qual a causa de tanta violência? É dever da sociedade e de cada um tentar analisar as causas mais profundas desse problema que deixa a população amedrontada e as instituições governamentais constantemente em pé de guerra.

Faltam oportunidades: Uma sociedade que não trabalha para eliminar as desigualdades sociais, acabará pagando muito caro pelas consequências dessa situação injusta. Aquela roupa da moda, o carro, a casa própria... tão enaltecidos pela propaganda e que muitos já possuem e usam normalmente, tornam-se bens praticamente proibidos por uma fatia considerável de pessoas da mesma sociedade que, por diversos motivos, não tem poder de compra.

Dessa forma, o cidadão, não tendo a possibilidade de obter seus direitos, tenta consegui-los apelando à violência. O mercado das drogas emprega, atualmente, milhares de crianças e adolescentes, dando, embora de forma imprópria, uma esperança econômica para eles e para toda a família. É dinheiro fácil que chega ao bolso do traficante através do dependente químico, cliente fiel¹⁰.

Atividades: A partir da leitura do texto sugerido, foi indicado aos alunos realizarem a seguinte atividade:

Resposta: Você concorda com a afirmação: “quem compra drogas financia a violência? Por quê? Você acredita que possa ser vítima dessa violência? E o que você faria para ajudar alguém que caiu nas garras das drogas?”

Essa é uma atividade interessante para ser desenvolvida com os alunos e ao mesmo tempo refletir um tipo de temática voltada para compreender a realidade na qual alguns jovens possam estar enfrentando ou algum amigo ou integrante de sua família. Assim, a escola pode estar contribuindo a partir de uma discussão no campo do Ensino Religioso.

Nesse sentido, a integração de saberes é um processo em que um novo saber liga-se a saberes anteriores na aplicação de conteúdo específicos em situações concretas de aprendizagem (GOIÁS, 2009, p. 8). Essa nova proposta de Ensino Religioso para o Estado de Goiás tem essa preocupação, que é a integração de novos saberes a saberes anteriores, mas que irão ser uma forma de acumulação de conhecimento, pois assim, estariam ampliando as possibilidades de formação dos alunos.

¹⁰ Texto pesquisado e acessado em: <https://portaldovoluntario.v2v.net/posts/9728>.

A escola com essa proposta, vai gerando no aluno uma forma de segurança, pois seu saber de alguma forma é a garantia de uma consolidação de visões de mundo sobre a realidade. Essa nova forma de abordagem do Ensino Religioso, culminará nos alunos o sentimento de estar trabalhando com questões concretas da realidade, bem como os estudos sobre as religiões, as quais irão analisar nas aulas e leituras realizadas com esse objetivo.

Tem-se a preocupação de organização e planejamento nessa nova proposta para o Ensino Religioso em Goiás, pois desta forma, o planejamento é fundamental no desenvolvimento do trabalho pedagógico. Planejar torna possível definir o que se pretende alcançar, prever situações e obter recursos (materiais ou humanos) (GOIÁS, 2009, p. 8). Esse planejamento é um fator importante no desenvolvimento das atividades na escola para que os alunos tenham acesso ao planejamento do professor, e assim possam trabalhar em conjunto para atingir certos objetivos.

Vimos que a escola e seus integrantes, ao conhecer a nova proposta sobre o Ensino Religioso a partir do documento de 2009 e ao mesmo tempo realizar discussões com esse objetivo, irão conseguir colocar em prática juntamente com os alunos, que são os principais envolvidos no processo. Sendo que para que isso aconteça, os professores devem apresentar de forma organizada a disciplina e seu conteúdo.

A disciplina de Ensino Religioso, a partir dessa proposta, vai se tornando coerente, principalmente quando professores e alunos formam uma consciência sobre seu papel neste ensino. Pois, trata-se de um conjunto de saberes, que vão além do estudo das doutrinas religiosas, todavia deve ter como fundamento um estudo dentro da perspectiva das Ciências da Religião.

Por outro lado, não encerra polêmicas, mas faz avançar o conhecimento nesse campo das humanidades tão importante para a escola e para a formação dos alunos como um todo. Nesse sentido, deve haver um envolvimento por parte da comunidade escolar, incluindo pais, professores e alunos, para que todos possam estar envolvidos com o desenvolvimento desses alunos.

Nessa nova lógica do Ensino Religioso em Goiás a partir do documento de 2009, não temos mais o estudo de uma única religião, mas sim o estudo do ensino religioso a partir de variadas formas religiosas, buscando compreender o sentido

racional de cada uma delas a partir das Ciências da Religião, pois esse fato é muito importante no avanço da educação no Estado e do Ensino Religioso como disciplina que visa explicar os fenômenos religiosos e não uma doutrina fechada em si mesma.

Para tanto, professores e alunos têm que buscar cada vez mais estabelecer discussões no âmbito da sala de aula de forma que possa respeitar a identidade de cada uma dessas religiões e fazer com que cada aluno possa se perceber como um agente do conhecimento.

Esta atividade sobre identidade coloca para nós professores e alunos um desafio de a partir de perspectivas distintas, estudar para compreender a questão da identidade. Assim, podemos ver o texto abaixo sobre a temática que vem contribuir com os jovens desta escola.

Texto II: Identidade

As vezes nem eu mesmo sei quem sou.

Às vezes sou.

“O meu queridinho”, às vezes sou “moleque malcriado”.

Para mim, tem vezes que eu sou rei, herói, voador, cowboy, lutador, jogador campeão.

Às vezes eu sou Hércules, Sansão vencedor, peito de aço goleador!

Mas o que importa, o que pensam de mim?

Eu sou quem sou, eu sou eu, sou assim, sou menino.

Pedro Bandeira.

Atividade: A partir da leitura do texto, desenvolva as seguintes questões. Reflita sobre as questões abaixo:

Como eu sou? Aceito-me ou não como sou? O que posso mudar para viver melhor? O que os adultos pensam que sou? A partir destas reflexões crie um poema com a mesma forma e estrutura do poema lido, tendo como título: Quem sou eu?

Assim, temos então, uma atividade vinculada ao Ensino Religioso que trata de um tema fundamental para o desenvolvimento humano e intelectual que podem tranquilamente tratar também de valores ligados à religião, mas sem estar englobando diretamente uma única doutrina.

Por outro lado, nesse conjunto de ações que propõe o documento de 2009, está bem evidente que o Estado tem que cumprir certas funções no âmbito da implementação da disciplina de Ensino Religioso. Sendo assim, uma delas é possibilitar a formação continuada de professores, inclusive a nível de graduação e pós-graduação strictu-sensu para os integrantes da rede estadual de ensino, para

que esses possam desenvolver suas atividades de estudo e pesquisas, voltadas para atender aos alunos.

Podemos dizer, que a implementação da nova lei, é um fato novo em Goiás, para professores e alunos, uma vez que esses passam a vivenciar no seu cotidiano escolar a nova proposta que se coloca como inovadora, pois como estamos analisando esse documento, é perceptível que traz mudanças significativas no ensino dessa disciplina. Dessa forma, ainda requer um tempo para alunos e professores se adaptarem a essa nova realidade, mas podemos perceber que é uma experiência nova no que diz respeito a aplicabilidade do Ensino Religioso.

Destacamos aqui, mas alguns pontos importantes que são apontados no documento, pois:

A religião, como fato antropológico e social, permeia a vida dos cidadãos crentes e não crentes de qualquer sociedade, de todas as culturas. O Estado brasileiro, laico, separado da Igreja, respeita as liberdades religiosas e se propõe a oferecer uma educação integral e de qualidade (GOIÁS, 2009, p. 103).

Apesar de sermos formados dentro de uma doutrina religiosa das mais variadas origens, e isso é fato consumado, pois nossas famílias quase sempre irão nos levar para uma Igreja e nos dar uma formação religiosa, ainda assim, outras formas nos atingem como é o caso da religião em termos antropológicos e sociais, como bem coloca o documento acima.

Neste caso, pode ser aquele que é dogmático ou não, o crente ou o não crente, mas sempre o elemento religioso vai estar presente na mentalidade desses indivíduos. Em uma prática de Ensino Religioso que visa um estudo organizado a partir de uma Ciência, como as Ciências da Religião, vai respeitar historicamente as culturas, as tratando com suas distinções e posicionamentos culturais que também são distintos.

Essas distinções são fundamentais para a formação de uma consciência do nosso aluno, que vai saber distinguir e respeitar cada cultura estudada e ao mesmo tempo se posicionar como crítico de determinadas realidades, assim, uma disciplina como essa e a escola realizarão um trabalho coerente com a vivência do estudante.

Tanto a grande luta ao longo do século XX dos movimentos pela educação, como o movimento da escola nova, buscavam a laicidade do ensino e do Estado, que foi sendo consolidada nas mais variadas legislações. Hoje, temos a consciência

de que o Estado e a escola são laicos e podem desenvolver suas atividades sem a interferência de dogmas ou doutrinas religiosas.

A educação pública no Brasil já é uma realidade, como também a laicidade do ensino, mas uma questão fundamental que ainda precisa evoluir é a da qualidade do ensino. Sendo assim, o ensino público brasileiro ainda é muito contestado em termos de qualificação, pois todos sabemos que é preciso avançar e ter mais recursos no ramo educacional.

Essas novas práticas sobre o Ensino Religioso, fazem com que algumas questões possam ser levantadas, visto que temos a produção de um novo conhecimento, distinto daquele anterior vinculado a uma única religião, mas vimos que falta investimentos por parte do Estado para um funcionamento melhor das escolas, ocasionando uma maior qualidade para o ensino.

Um dos pontos importantes no documento de 2009 é a não imposição de uma religião particular e isso o Colégio Polivalente vem percebendo e colocando em prática, pois é algo bom para a escola, professores e alunos, que tem condições de desenvolver melhor suas atividades e assim, evitar determinados problemas ao discutir a religião de forma coerente com a realidade dos seus discentes.

Desta maneira, vimos que em relação ao novo Ensino Religioso, seu objetivo é, sem imposição de um credo em particular como único e verdadeiro, contribuir para os educandos superarem certas alienações e superficialidades, denunciar situações desumanas, superar inquietações, encontrar o sentido radical da própria existência (GOIÁS, 2009, p. 103).

Portanto, sabemos que não existe um credo único, verdadeiro e absoluto, a própria Ciência da Religião deixa isso bem claro nos seus estudos, pois não devemos dar valor somente a uma única vertente religiosa em um estudo acadêmico, como é o caso do estudo no Colégio Polivalente, mas sim perceber a multiplicidade de religiões e suas práticas distintas umas das outras e ao mesmo tempo respeitar cada uma delas.

No Colégio Polivalente, tem-se essa preocupação, de formar os alunos de uma maneira que possa estar ligada a realidade destes e ao mesmo tempo contribuir para a superação de determinadas limitações sociais e alienações, mas principalmente que possam entender aspectos dos fenômenos religiosos de forma

aprofundada e não de maneira superficial. A formação escolar nessa nova forma de Ensino Religioso é para superar inquietações e dar um sentido a própria existência do indivíduo social, pois é assim que rege o documento de 2009.

É uma forma diferente do que foi feito no Brasil em termos de Ensino Religioso, que esteve fortemente ligado ao catolicismo e principalmente às práticas educacionais jesuítas, durante grande parte do período colonial, fato que merecer ser destacado, pois o ensino nos seus mais variados aspectos tem que avançar para outros meios mais desenvolvidos e se adaptar a cada realidade em que os alunos estão envolvidos. Isto transforma a nova forma de Ensino Religioso, em um novo saber e olhar para a escola, para o ensino e para os alunos que são os principais interessados nessa nova mudança.

Essas mudanças são fundamentais para que a escola possa receber seus alunos, assim, o ensino da religião não é uma atividade científica neutra, mas tem uma clara intencionalidade educativa, destacando a importância do seu conhecimento para a vida ética e social dos educandos (GOIÁS, 2009, p. 103). Em termos metodológicos, a escola desenvolve suas atividades a partir dessa nova legislação, não sendo o Ensino Religioso um estudo fechado em si mesmo, mas tendo por base as Ciências da Religião, bem como os seus métodos de estudo.

Esta parte do documento, deixa muito claro, que a religião não é uma forma de saber neutra, pois toda forma de conhecimento requer um posicionamento por parte de quem está lendo ou escrevendo sobre esse conhecer. No caso do Ensino Religioso como prática educacional, esse tem um sentido e objetivo, que é ir além das simples formas religiosas que existiram ao longo da História, fazendo com que os alunos possam entender as formas religiosas, muito além da simples visão de um dogma e ampliar cada vez mais suas possibilidades de compreender o humano através da religião e de sua relação com esta.

A escola no século XXI fala na formação social dos alunos, na formação de cidadãos críticos e conscientes da sua realidade e no papel que cada um deve exercer para poder cobrar das autoridades e instituições certos direitos sociais, políticos e civis como integrantes da esfera civil.

Com essa nova disciplina de Ensino Religioso, podemos perceber que a escola pode desempenhar esse papel social e cumprir muito bem sua função, que é

formar além do conhecimento acadêmico, colaborando na formação de cidadãos que possam contribuir com a sociedade.

Para tanto o conhecimento religioso no sentido desta disciplina vai possibilitar ampliar as concepções dos alunos, pois esse é um dos grandes desafios da escola no século XXI, pois já conseguiu se democratizar e posteriormente se universalizar para que grande parte das pessoas que precisam da escola possam integrar essa instituição de ensino. São vários os meios para a integração dos seres humanos na sociedade, a escola é uma delas, pois essa instituição vai ser a grande produtora de conhecimento que trabalha na integração de crianças e jovens no âmbito educacional e na formação de uma visão sobre as coisas, a sociedade, a cultura, a política e demais fenômenos, inclusive a religião. Assim, essa disciplina visa trabalhar questões importantes para a vida educacional e social dos alunos.

Proporcionar o conhecimento dos elementos básicos que compõem o fenômeno religioso, a partir das experiências religiosas percebidas no contexto do educando; subsidiar o educando na formulação do questionamento existencial, em profundidade, para dar sua resposta devidamente informados; analisar o papel das tradições religiosas na estruturação e manutenção das diferentes culturas e manifestações socioculturais; facilitar a compreensão do significado das afirmações e verdades de fé das tradições religiosas; refletir o sentido da atitude moral, como consequência do fenômeno religioso e expressão da consciência e da resposta pessoal e comunitária do ser humano; possibilitar esclarecimentos sobre o direito à diferença na construção de estruturas religiosas que têm na liberdade o seu valor inalienável. (FONAPER 1998, p. 30-31) (GOIÁS, 2009, p. 104).

Essas experiências são associadas à vida desses jovens em termos familiares, ou até mesmo experiências fora do contexto familiar, mas que dizem respeito a religião. A escola deve perceber e respeitar essas experiências, bem como atuar no sentido de discutir com eles essas questões. Pois no documento fica claro que a proposta é respeitar as diversidades sociais e culturais e ao mesmo tempo trabalhar a religião como forma ampla de conhecer e não como um dogma fechado e sem mudanças.

É preciso compreender a vida social e existencial, sendo fundamental para a vida do aluno que visa uma formação acadêmica na escola. Assim, formar uma consciência sobre o fenômeno religioso é algo importante para os integrantes do âmbito escolar, sejam eles, alunos ou professores. Por consequência, esta disciplina requer de todos um forte empenho para poder trabalhar essas questões voltadas

para as formas religiosas e compreender como historicamente foram sendo formadas.

Assim, poderão entender também as culturas e tradições religiosas de forma racional e coerente com a proposta desse documento, que em termos de organização institucional, vem dar base para que essa disciplina possa ser colocada em prática e venha de fato contribuir com a formação do nosso aluno no Colégio Polivalente. Nesse sentido, o conhecimento religioso, irá servir como forma de esclarecimento, como são as outras formas de conhecer, mas associado a outras disciplinas, pois na escola estas não podem trabalhar de forma isolada uma da outra, fato que torna o conhecimento estanque e sem sentido para a vida social dos alunos.

Ao estudar o ensino religioso, o nosso aluno tem que perceber em suas leituras e análises, os diversos meios de compreender as diferenças das organizações religiosas, pois sabemos que o próprio documento e a constituição brasileira, fala e institui a liberdade religiosa, tanto em termos individuais como coletivos, pois todo indivíduo ou grupo social, tem o direito de poder criar ou professar sua religião.

Desta maneira, o documento tem certa coerência, que é respeitar as liberdades individuais e coletivas para que todos possam ter o direito de se manifestar em termos religiosos. Por conseguinte, a escola como uma instituição produtora de saber deve formar essa consciência para evitar certos preconceitos sociais sobre algumas práticas religiosas, como é o caso das religiões de matrizes africanas, pois as conhecendo em sua essência, nosso aluno não cometerá preconceitos e intolerância perante outras vertentes religiosas.

A ideia é construir meios para a abordagem desses conteúdos, que sejam importantes para a vida escolar e social dos alunos, assim, segundo o documento, a abordagem didática, dentro dos eixos temáticos, deve acontecer numa sequência cognitiva, que possibilite a continuidade das aprendizagens, considerando: a bagagem cultural religiosa do educando, seus conhecimentos anteriores; a complexidade dos assuntos religiosos, principalmente devido à pluralidade; a possibilidade de aprofundamento (GOIÁS, 2009, p. 104).

Isto vale para toda e qualquer disciplina do currículo escolar, principalmente aquelas ligadas às humanidades, que sabemos existir aproximação. No caso do

Ensino Religioso, vimos uma forte aproximação com a História, Sociologia, Filosofia, entre outras, sendo que cada uma dessas vai possibilitar reflexões importantes sobre a religião, e posteriormente também auxiliar nesta disciplina.

A escola e o professor, tem que perceber toda as leituras acumuladas dos alunos, essas podem ser tanto da realidade ou leituras sociais, filosóficas, históricas, para que o professor possa orientá-los no sentido da construção autônoma do conhecimento por parte deles. Ao fazer esse tipo de atividade com os estudantes, esses irão perceber como a escola vai cada vez mais respeitando suas concepções já formadas antes mesmo de sua entrada na instituição escolar, fato esse que é muito importante para a formação do aluno, pois ao mesmo ele vai ser um produtor do conhecimento e vai se identificar cada vez mais com a escola e com a disciplina.

Está bem claro no documento, que uma disciplina como a de Ensino Religioso nessa nova proposta, visa o aprofundamento do conhecimento da religião em termos de compreender o fenômeno nos seus mais variados aspectos históricos, filosóficos, sociais e religiosos, pois assim poderá ser coerente e auxiliar o aluno a pensar de forma racional em termos científicos.

Para alunos do final do ensino fundamental e ensino médio, trabalhar com conceitos é algo interessante e produtivo, pois o documento aponta para esse caminho. No Colégio Polivalente, tem-se essa preocupação, onde os conceitos visam explicar, descrever e explicitar determinadas realidades para os estudantes, que passam a ter uma compreensão mais clara de vários fenômenos sociais, políticos e religiosos.

Para o documento, o conceito de conhecimento no Ensino Religioso aproxima-se da ideia de que conhecer é construir significados a partir das relações que o ser humano estabelece entre o objeto e o conhecer e suas possibilidades de observação, reflexão e informação com o que já possui (GOIÁS, 2009, p. 104).

Um conceito também, segundo o documento, visa dar sentido e significados, ao mesmo tempo fazendo desses alunos, seres pensantes e com autonomia para poder construir suas formas de conhecimento e de pensar a sociedade em que estão vivendo em termos mais globais, pois a escola é um fragmento do que é a sociedade em que os alunos estão vivendo e estabelecendo relações humanas.

Não podemos perceber a escola em pleno século XXI como a grande produtora do saber, juntamente com seus professores. A escola é um conjunto

variado em sua organização, currículo e funcionamento, assim, não podemos deixar o aluno excluído de todo o processo, pois este é um dos atores principais dessa instituição, juntamente com os professores. Sendo assim, devem trabalhar em conjunto e agir no sentido de fazer do conhecimento algo coletivo, ou seja, para todos e não para um grupo reduzido dentro da escola.

O Ensino Religioso nessa nova proposta é uma das modernas formas de possibilidades de o aluno conhecer a realidade e o fenômeno religioso, sendo assim, uma nova base para o conhecer humano em um outro sentido, que pode ser além de humano, filosófico e racional. Dessa forma, essa racionalidade é base para refletir outras questões que vão além do religioso, pois essa é a ideia, ampliar e mudar as concepções dos nossos estudantes.

O tratamento didático dos conteúdos do E.R. prevê como nas demais disciplinas, a organização social das atividades, organização do espaço e do tempo, seleção e critérios de uso de materiais e recursos disponíveis na Escola. Assim, essa previsão acontece: pela organização social das atividades a fim de produzir diálogo; através da organização do tempo e do espaço, pela observação direta, pois o sagrado acontece no cotidiano e está presente na sala de aula; na conexão com o passado, com o presente, no mesmo espaço e em espaços diferentes, pois na dimensão do transcendente não há limite de tempo nem de espaço; na organização da seleção e critérios de uso de materiais e recursos onde se prevê a colaboração de cada educando na indicação ou fornecimento de seus símbolos, a origem histórica, os ritos e os mitos da sua tradição religiosa (GOIÁS, 2009, p. 104-5).

Esse é um fator importante para que a disciplina possa ser desenvolvida com qualidade, pois não deve fugir da organização das demais disciplinas presentes no currículo escolar. A escola deve disponibilizar a mesma estrutura e materiais para que o professor de Ensino Religioso possa realizar suas atividades com os alunos. Neste fragmento do documento está presente vínculo com a História ao mostrar a relação do passado com o presente, pois essa está englobada no âmbito do estudo das religiões.

Nessa relação entre passado e presente, o aluno vai poder perceber historicamente o fenômeno religioso e se posicionar em termos de pensar sua religião e a dos colegas de sala de aula a partir de uma visão histórica e social, mas que possa também ver as suas diferenças ao longo do tempo.

Ao organizar a disciplina com esse fim, o professor vai poder contribuir para a formação além de acadêmica e escolar, abrangendo uma mais humana, que possa fazer desse aluno um ser produtor do conhecimento de forma mais organizada e

coerente. Por conseguinte, na escola todas as disciplinas têm que trabalhar com esse objetivo, pois assim, todas atenderão a proposta escolar.

Em relação ao Ensino Religioso, no Colégio Polivalente e de acordo com o documento, essa proposta vem sendo colocada em prática e visa ao mesmo tempo possibilitar essa formação para o aluno. Quando a escola consegue perceber a realidade do estudante e trabalha com esta para atingir certos objetivos, fica mais interessante para o aluno, que passa a se interessar cada vez mais pela sua formação escolar e acadêmica. Sendo assim, a proposta escolar vai se tornando cada vez mais atrativa.

Tendo por base uma racionalidade na compreensão dos fenômenos sociais, históricos e religiosos, essa nova proposta mostra aos educandos um bom caminho a ser seguido, assim, podemos perceber que:

É o estudo do fenômeno religioso à luz da razão humana, analisando questões como: função e valores da tradição religiosa, relação entre tradição religiosa e ética, tradição religiosa natural e revelada, existência e destino do ser humano nas diferentes culturas. Esse estudo reúne o conjunto de conhecimentos ligados ao fenômeno religioso, em um número reduzido de princípios que lhe servem de fundamento e lhe delimitam o âmbito da compreensão. Os conteúdos são estabelecidos a partir de: filosofia da tradição religiosa, história e tradição religiosa, sociologia e tradição religiosa, psicologia e tradição religiosa (GOIÁS, 2009, p. 105).

Essa base é importante para que o aluno possa cada vez mais racionalizar suas ações como um indivíduo social, mas percebendo as implicações da vida em sociedade, ao mesmo tempo estudando o fenômeno religioso nos seus mais variados aspectos, pois da maneira que está no currículo do Colégio Polivalente, tem uma grande possibilidade de formar o estudante com mais qualidade, visto que o Ensino Religioso com essa proposta se torna bem mais atraente para a formação do discente.

No fragmento citado acima, está claro que não se trata de um estudo vazio, fragmentado e sem sentido, diz respeito a um conjunto variado de saberes, saindo do estudo dos fenômenos religiosos chegando até a psicologia, fato novo e inovador, pois é uma grande virada nos estudos em sala de aula sobre o Ensino Religioso. O professor então, tem a chance de fazer um trabalho diferente do que era realizado anteriormente, onde este ensino tinha uma base confessional.

Neste sentido, a partir da experiência vivenciada, podemos verificar como essa proposta vem sendo colocada em prática no Colégio Polivalente na cidade de

Uruaçu, pois se percebe que é uma inovação no que diz respeito ao Ensino Religioso nas escolas públicas do Estado de Goiás.

4.3 A APLICABILIDADE DA LEI NO COLÉGIO POLIVALENTE

No item anterior fizemos uma abordagem de alguns aspectos do documento base para a disciplina de Ensino Religioso em Goiás e agora, vamos perceber como esse documento pode contribuir com a disciplina especificamente no Colégio Polivalente, pois já percebemos que existem pontos importantes que podem ser destacados e que a escola pode sem dúvidas colocar no currículo e tornar essa disciplina cada vez mais atraente.

Assim, nesse item vamos tratar de alguns pontos importantes do documento e outras análises sobre essa fonte importante para a escola, professores e alunos, pois esses são os principais interessados no conteúdo e na proposta de 2009, que já notamos ser inovadora no sentido da formação do discente e do conhecimento humano no que diz respeito ao Ensino Religioso nas Escolas, principalmente aqui no Colégio Polivalente de Uruaçu.

Percebemos a partir de nossa experiência na escola, a receptividade por parte de professores e alunos em relação a essa nova proposta, pois é preciso que todos tenham conhecimento e consciência dessa disciplina no currículo escolar, para posteriormente trabalhar de forma organizada e contribuir com a formação social e cultural dos nossos estudantes.

Entretanto, todos os envolvidos no processo de ensino e aprendizagem estão imbuídos desta tarefa, que necessita ser colocada em prática, pois o empenho de todos torna-se importante para esse fim. A escola como forma ou um lugar de aprendizado, tem que saber implementar qualquer tipo de conhecimento que venha contribuir com a formação de seus alunos, assim, a disciplina de Ensino Religioso nessa nova proposta do Estado de Goiás é um ponto importante a ser desenvolvido.

No século XXI, a escola tem que estar adaptada as mais diversas realidades em que a sociedade necessita de aprender e refletir sobre determinados fenômenos, sociais, políticos, culturais e neste caso, dos fenômenos religiosos. Conseqüentemente, deve-se trabalhar os aspectos do ensino religioso a partir de suas matrizes de origem e sem distinção de religiões, buscando compreender esse fenômeno nas mais variadas formas, pois os nossos jovens necessitam de aprender

a apreender e assim, formar uma concepção de mundo com base e fundamentação coerente com a realidade.

Segundo as orientações teóricas-metodológicas que servem de fonte para as Matrizes Curriculares do 1º ao 9º ano para o Ensino Fundamental constituem um referencial para que os educadores e técnicos possam planejar e acompanhar as ações do processo de ensino e aprendizagem nesse nível de ensino, bem como estabelecer relações com os demais níveis e modalidades, sempre numa perspectiva de educação inclusiva (GOIÁS, 2009, p. 7).

Essas orientações são para que professores e técnicos possam trabalhar e ter uma base para poder planejar e desenvolver posteriormente suas atividades de forma satisfatória. Os níveis de ensino devem estar interligados para que professores e alunos possam falar a mesma língua em sala de aula, facilitando assim, a comunicação entre as turmas e toda a escola.

Essa comunicação é importante, pois é a partir desta que a escola vai saber se a disciplina da forma que está sendo trabalhada em sala de aula está dando certo e com bons resultados tanto para os alunos, professores e a escola em geral. Sabemos que não basta ter um documento orientando um curso ou uma disciplina, mas sim, temos que ter em mente, a clareza de ser colocado em prática e se está de acordo com os interesses da escola, dos alunos e professores, mas principalmente da comunidade, pois esta tem que ter um retorno por parte da escola.

Está claro na perspectiva do documento do Estado de Goiás de 2009, que a escola e o ensino, devem ser inclusivos, ou seja, não deve fazer distinção entre os alunos, assim, tem que atender todos de forma igual, isso é um ponto importante para que possa ser colocado em prática e a instituição escolar obrigatoriamente tem que trabalhar com essas questões e perceber como está sendo a formação do aluno.

O Colégio Polivalente é uma instituição escolar que vem buscando colocar em prática essa proposta do Estado a partir do documento de 2009, pois como já apontamos é uma proposta interessante que vem contribuir com a escola e com a formação dos alunos. Podemos perceber essa viabilidade a partir do que é explicitado no documento e na própria experiência da escola.

Como a escola é um espaço da diversidade, no século XXI, esta instituição tem que estar apta a receber educandos das mais variadas e diferentes origens

culturais e religiosas, para tanto, tem que trabalhar o Ensino Religioso de forma diversa e racional para poder atender as necessidades da sociedade e das comunidades nas quais está atendendo.

A educação nesse sentido, tem uma intenção, um objetivo que é possibilitar a formação ampla dos seus alunos. No que é apontado no documento de 2009, na visão educacional adotada, o ensino é entendido como um processo que requer uma ação intencional da educação, para que ocorram a promoção da aprendizagem, a reconstrução/reestruturação do conhecimento e apropriação da crítica da cultura elaborada, considerando a necessidade de padrões de qualidade e de princípios éticos (GOIÁS, 2009, p. 07).

Além dessa ação intencional, a educação tem que formar a partir de ações concretas que possam dar sentido à vida social dos seus alunos, e nesse caso, o Ensino Religioso no Colégio Polivalente, vem desenvolvendo atividades com esse fim, fato interessante no âmbito da escola, pois seus atores passam a perceber a coerência da proposta que está sendo colocada em prática.

Ao ler um texto teórico, ou até mesmo uma discussão sobre o ensino religioso, o nosso aluno vai de alguma forma apreender a ampliar seus conhecimentos sobre sua própria cultura e seus valores, mas principalmente se posicionar de forma crítica em relação ao que está sendo estudado. Dessa forma, a escola estará cumprindo um papel social importante na vida dos seus estudantes e da comunidade em que atende.

Outro fundamento importante em que a escola tem que estar preocupada é com a qualidade do ensino produzido e da formação de seus alunos, que deve estar pautada em uma ética e uma moral que possa ser coerente com a realidade dos seus discentes. Essas já trazem para o interior da escola, certos valores morais, sociais e éticos, que devem ao longo de sua formação ser aperfeiçoado, a partir das discussões e leituras realizadas em sala de aula.

Então, esse documento é uma das bases que serve de orientação para o desenvolvimento das atividades de Ensino Religioso, tanto no Ensino Fundamental como para o Ensino Médio. Por outro lado, o professor e os alunos, tem certa liberdade para escolher quais textos, obras e materiais a serem trabalhados em sala de aula. Isso vai possibilitar tanto para professores e alunos uma melhor forma de compreensão do que é a escola e seus objetivos em relação a formação do

estudante, que vai se sentir melhor em relação as práticas pedagógicas por parte de professores e da própria escola.

Essas práticas inovadoras, irão fazer do aluno um ser mais ativo e que busca cada vez mais ampliar sua formação escolar ou até mesmo cultural fora do espaço da instituição escolar, trazendo assim, novos conhecimentos para o interior da mesma. Ao mesmo tempo, em que vai trocar novos conhecimentos com seus colegas e professores.

Assim, essa proposta, vem e encontra ao que pensa o Colégio Polivalente, pois é uma ideia inovadora que vai fazer com que professores e alunos possam realizar suas atividades de forma produtiva e que forme no discente uma consciência de compreender o ensino religioso de forma ampla e racional, fugindo dos rótulos e análises limitadoras do conhecimento humano.

Então, temos assim, a partir desse novo documento chances de colocar no currículo do Colégio Polivalente, uma disciplina nova e que vai ser atrativa para todos os integrantes do colégio. Mas, para que essa proposta possa ser colocada em prática de forma coerente, segundo o documento de 2009, os textos devem transmitir, conforme a fé dos seguidores, uma mensagem do transcendente, onde, pela revelação, cada forma de afirmá-lo faz conhecer aos seres humanos, seus mistérios e sua vontade, dando origem às tradições. E estão ligados ao ensino, à pregação, à exortação e aos estudos eruditos (GOIÁS, 2009, p. 105).

Está presente a relação entre o transcendental e o humano, pois um estudo sobre o ensino religioso tem que tratar dessa questão de forma racional tendo por base uma ciência, nesse caso, a Ciência da Religião. Esta ciência diz respeito ao estudo sistemático do ensino religioso nas suas mais variadas correntes, desde a filosófica dentre muitas outras.

É preciso entender questões de ordens simples e comuns que estão ligadas aos fenômenos religiosos, mas também questões voltadas para a compreensão de fundamentos eruditos no âmbito das religiões, fazendo assim com que os alunos possam ter em mente os mais variados aspectos do ensino religioso.

A partir da nossa observação e experiência no Colégio Polivalente, é visível que essas questões estão sendo colocadas em prática pelos professores e os alunos estão sendo integrados nessa nova proposta e é perceptível seu crescimento

escolar e intelectual, pois o estudo dos fenômenos religiosos trabalhados nesta perspectiva mostra caminhos inovadores para os estudantes.

Então, seguindo a lógica do documento de 2009, é a forma interior da moral humana em que se realiza o próprio sentido do ser. É formado pela percepção interior dos valores, de que nasce o dever como expressão da consciência e como resposta do próprio “eu” pessoal (GOIÁS, 2009, p. 106).

Esse sentido vai se formando a partir do momento em que a disciplina de Ensino Religioso, possa gerar no aluno um novo tipo de conhecimento, sem limitações racionais e sem preconceitos sobre determinadas religiões independente de sua origem, sendo assim, um estudo coerente com a realidade da comunidade, que tanto espera da escola como uma instituição formadora de cidadãos, mas que possam não somente entender a sua realidade, mas se posicionar de forma crítica e ativa.

Até mesmo a avaliação tem uma proposta distinta das demais, pois vai perceber essa forma de avaliar o aluno no próprio processo de ensino e aprendizagem, fato novo em uma proposta avaliativa. Assim, podemos ver que:

A avaliação parte da concepção que se tem de ensino e aprendizagem. De acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais, surge um dado novo: a avaliação como elemento integrador entre aprendizagem do educando e a atuação do educador na construção do conhecimento. Simplificando, a avaliação permeia os objetivos, os conteúdos e a prática didática. Portanto, possui três etapas: inicial, formativa e final: a) inicial – é o reconhecimento de grupos culturais/religiosos diferentes, identificados nas várias crenças dos próprios educandos: instrumentaliza o professor para que possa pôr em prática seu planejamento de forma adequada; atende às necessidades dos educandos; levanta suas concepções sobre determinados conteúdos, possibilitando ao professor estruturar sua programação; serve para gerar novos conhecimentos no início do ano e no início de novos conteúdos; formativa – organizada sistematicamente de acordo com os conteúdos significativos, levando em conta o contexto, o desenvolvimento pessoal e a faixa etária do educando; instrumentos possíveis para efetivar esta etapa de avaliação: observação sistemática; registros diversos; análise da produção dos educandos; atividades específicas, deixando claro aos educandos o que se pretende avaliar dos conteúdos; auto avaliação, ou seja, análise e interpretação pelo educando, de suas produções. c) final – consiste na aferição dos resultados de todo o período de aprendizagem de acordo com os objetivos. Avalia-se a aprendizagem de alguns conteúdos essenciais e se determinam os novos conhecimentos para serem trabalhados (GOIÁS, 2009, p. 106-7).

A avaliação tem por base um documento oficial nacional, que é adaptado em termos locais, tendo um sentido de integração da escola com o estudante na relação ensino e aprendizagem. Toda avaliação tem que estar ligada à realidade do aluno e

ao mesmo tempo, estar relacionada com conteúdo e atividades integradoras, pois essa é uma forma de inserir e não de punir ou excluir discentes.

Desta maneira, os educandos irão se sentir bem e integrados no processo de ensino e aprendizagem da escola, onde nesse processo o professor vai ser um ator importante juntamente com os alunos para construir essa forma avaliativa que seja integradora. Muitos podem achar difícil, mas deve ser uma prática na qual professores e alunos podem fazer escolha e seguir um trabalho interessante no âmbito dessa disciplina. Então, avaliar não se torna uma simples prática autoritária que visa tão somente punir grande parte dos alunos, mas sim, realizar uma integração com uma avaliação coerente.

A avaliação em todo esse processo, leva em conta os vários elementos formadores das religiões, sobretudo, a base de formação social e religiosa prévia dos alunos, isso é um fato muito interessante, pois respeita os princípios de todas as religiões e estudantes, independente da origem de cada um deles. Sendo assim, o professor vai realizar um planejamento adequado para atingir seus objetivos no âmbito da disciplina de Ensino Religioso, devendo ter uma coerência com a sistemática dos conteúdos relacionados com esta vertente disciplinar.

Em todo esse processo o professor vai perceber uma avaliação formativa desde o princípio e no final vai propor, a partir do aspecto avaliativo, novos conteúdos a serem trabalhados e ao mesmo tempo, respeitando o nível de formação e até mesmo de idade dos alunos, no sentido de dar continuidade aos elementos inovadores presentes na proposta da disciplina.

Sendo assim, temos um ensino de forma mais ampla e com qualidade que vai dar sentido para a vida social dos alunos. Dessa forma, podemos ver como a instituição escolar possibilitará cada vez mais uma formação de cidadãos conscientes do seu papel na sociedade e neste caso, contribuirá na sua prática com essa formação.

Entretanto, o Ensino Religioso, vai ser uma disciplina importante no currículo e na formação do aluno em grande parte na formação histórica e na compreensão dos fenômenos religiosos, para conseguir entender a realidade em que está inserido e fazer uma análise histórico-social e religiosa do fenômeno de maneira consciente e coerente.

Aqui podemos observar mais algumas reflexões importantes sobre a disciplina de Ensino Religioso a partir de um referencial distinto, dessa forma, temos o seguinte argumento:

Essas referenciais para o Ensino Religioso foram apresentadas como uma proposta inovadora. Propõem estudar cientificamente o fenômeno religioso a partir de áreas específicas do conhecimento, como a antropologia, a sociologia e a filosofia. Contudo, ela segue orientações dos PCNER do FONAPER e traz em seu bojo elementos tradicionais, ideias conservadoras, que fazem parte do imaginário social, como a ideia de que o ser humano é um ser de transcendência, que deve investigar a razão de sua existência, sua vida após a morte; a associação entre religião e a formação em valores e a prioridade para o estudo das religiões monoteístas (MUNIZ, 2014, p. 8 – 9).

E de fato é inovadora, como já foi apontado por nós em outro momento deste trabalho. É preciso entender o fenômeno religioso de forma científica e conseqüentemente mostrar e trabalhar em sala de aula com os alunos. Sendo assim, o Colégio Polivalente vem desenvolvendo atividades com esse objetivo, que é analisar o fenômeno religioso por meio do ramo científico, fugindo de análises simples e comuns para que possa concretizar uma formação consistente aos seus alunos.

Além do documento proposto pelo Estado de Goiás, outros podem dar base para que essa disciplina possa ser trabalhada de forma mais ampla e coerente, como é o caso do próprio Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) e do Fórum Nacional Permanente do Ensino Religioso (FONAPER). Associado a esses documentos, o documento de Goiás também passa a ser uma base em conjunto a esses outros.

Nessa proposta, professores e alunos devem conhecer cada uma delas para trabalhar e desenvolver seu trabalho de forma satisfatória. Como vimos, é uma proposta inovadora que está sendo colocada em prática pelo Colégio Polivalente. Por consequência, professores e alunos vêm dando respostas interessantes, pois são os principais interessados no processo.

Outro documento importante para o Ensino Religioso em Goiás, é uma emenda constitucional local, assim, podemos ver:

Ainda em 2010, a Emenda Constitucional n. 46 do estado de Goiás, alterou textos da Constituição de 1989. A nova redação dos artigos sobre o Ensino

Religioso assegurou sua oferta no Ensino Médio, particularidade de Goiás e de mais algumas unidades da federação, bem como garantiu questões relativas à remuneração das aulas por parte do estado e a responsabilidade da Comissão Interconfessional quanto à elaboração e fixação dos conteúdos dessa disciplina, fato que aponta a estabilidade alcançada pelo Ensino Religioso em Goiás e o reconhecimento do CIERGO como uma comunidade disciplinar importante (MUNIZ, 2014, p. 9).

Essa alteração era importante para que o documento de 2009 fosse aprovado e posteriormente colocado em prática pelas escolas em Goiás, esse fato é interessante, pois quando uma lei ou qualquer outra legislação não mais atende a uma demanda social ou uma realidade, esta deve imediatamente ser substituída por outra mais atual. Estas mudanças ou alterações são fundamentais para o bom funcionamento da sociedade e de suas instituições como a escola, que necessitam de desenvolvimento, para tanto precisam de uma legislação moderna que possa atender as demandas sociais.

Com essas mudanças e aprovação do documento de 2009, o Ensino Religioso no Estado de Goiás, terá plenas condições de ser colocado em prática no âmbito das escolas goianas. Então, é preciso que todos integrantes das escolas possam se engajar nessa nova jornada e assim, ter a possibilidade de uma nova disciplina no currículo das escolas públicas do Estado de Goiás, fazendo com que esta estabeleça sua identidade.

Assim, o Colégio Polivalente de Uruaçu vem trabalhando o Ensino Religioso a partir desses documentos, que ao nosso ver são importantes, mas não podemos perder de vista a análise histórica, social, antropológica, cultural e religiosa do fenômeno em suas mais variadas vertentes.

Mesmo tendo documentos como orientações para trabalhar a disciplina, é importante também o uso de textos teóricos, livros didáticos, imagens e filmes sobre a temática, pois os documentos são fonte de orientação, através da qual professores e alunos têm autonomia para escolher e selecionar alguns textos para serem discutidos em sala de aula.

Portanto, trata-se de uma proposta interessante que pode, sem dúvidas, ser colocada em prática, como vem fazendo o Colégio Polivalente de Uruaçu, o qual passou a perceber a ideia do documento de 2009 como uma possibilidade de trazer de volta o Ensino Religioso, mas de forma diferente do que era anteriormente

trabalhado como uma disciplina escolar. Então, cabe aos integrantes da escola, estabelecer parâmetros para a formação do aluno a partir desse documento, que de alguma forma rege e regula a vida escolar no sentido das teorias e práticas associadas ao ensino religioso.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Estudar o Ensino Religioso é um grande desafio para nós professores (as) e pesquisadores (as), pois como foi possível perceber ao longo desse estudo, é uma temática que envolve polêmicas, pois a ação dos mais variados atores está envolvida. Isto demonstra que desde o princípio de sua implementação no Brasil Colonial, a disciplina era regida por controvérsias.

Dessa forma, podemos extrair das relações entre os nativos e europeus, através da figura dos indígenas e dos jesuítas, os primeiros contatos com a implementação de um ensino em território brasileiro. Todavia, mesmo com contribuições para a consolidação do ramo educacional brasileiro e até mesmo com a formação da sociedade, se reconhece o aspecto negativo da aculturação dos povos que aqui já viviam.

Ao longo dessa dissertação foi possível estudar fragmentos da história do Brasil e conhecer historicamente a ação de vários atores no contexto brasileiro e em Goiás, na Colônia, no Império e na República, pois estes foram períodos de mudanças significativas no campo da educação.

Desta maneira, foi possível estudar ao longo desse trabalho a história do Ensino Religioso no Brasil a partir do período colonial e da ação dos jesuítas, que foram os primeiros professores, e de suas colaborações para a formação de um sistema de ensino em nosso país. Neste sentido, não devemos negar suas contribuições que foram fundamentais para o desenvolvimento das formas de ensino, pois desde o início da sociedade brasileira já haviam essas necessidades para uma educação e conseqüentemente uma educação pública.

Posteriormente, realizamos um estudo sobre a Igreja Católica e como esta foi instituindo aqui no Brasil as missões jesuíticas, que além de religiosas, tinham objetivos de catequisar os indígenas. Sendo que logo depois estes agentes religiosos passaram a organizar e fundar escolas no interior da colônia brasileira. Essas práticas foram importantes para que a educação passasse de um cunho moral religioso para um outro mais escolar, mas sem se desvincular do religioso.

Assim, foi possível perceber historicamente a ação por parte da igreja, da administração da colônia e demais atores sociais desse período, pois todas elas de alguma forma contribuíram para a implementação de um sistema de ensino no Brasil.

No capítulo seguinte (cap. II), foi desenvolvido uma análise sobre o Ensino Religioso em Goiás, para tanto, foi possível perceber como esse foi organizado em solo goiano. Mesmo não sendo muito fortemente influenciado pelos jesuítas, houve interferência desse grupo de padres que formavam uma ordem religiosa. Assim, nesse estudo percebemos a origem e formação histórica do Ensino Religioso em Goiás e logo depois vimos também como o Ensino Religioso foi sendo organizado nas escolas públicas goianas.

No contexto do final do século XIX e início do XX começam a ocorrer algumas mudanças na educação do Brasil e em Goiás, principalmente no que se refere à laicidade, pois as leis começam a propor um ensino distinto da educação religiosa, que exerceu um papel preponderante neste ramo. Assim, a educação do país começa a ter um novo sentido, pois a escola, professores e alunos passam a ter uma maior autonomia e liberdade para desenvolver suas atividades.

No capítulo III fizemos uma investigação sobre a proposta de reorientação curricular do Estado de Goiás a partir da nova legislação de 2009, como ficou explicitado e analisado durante seu desenvolvimento. Nosso estudo teve como recorte o Colégio Polivalente Dr. Sebastião Gonçalves de Almeida, localizado na cidade de Uruaçu. Assim, percebemos que a escola tem uma organização no novo modelo, pois tem um ensino em tempo integral, no qual os jovens ficam dois períodos na escola.

No âmbito dessa escola, estudamos a proposta de reorientação curricular para o Ensino Religioso em Goiás e ao mesmo tempo buscamos estudar como essa nova legislação atende aos interesses dos alunos, da comunidade e dos professores, pois trata-se de uma proposta que visa a partir de um campo científico, como é o caso das Ciências da Religião, respeitar a diversidade cultural e buscar um conhecimento racionalizado.

Nas práticas do Ensino Religioso no Colégio Polivalente, fizemos a análise de duas atividades desenvolvidas pelos professores e foi possível perceber que estas têm uma relação/ligação com a cultura e a realidade na qual os alunos se inserem. Tais exercícios são fundamentais para que os estudantes possam se ver como produtores do conhecimento e agentes que passam a ter uma certa autonomia, pois a escola deve ser um espaço para a formação de cidadãos ativos que possam atuar no interior da sociedade na qual estão inseridos.

Assim, foi possível perceber em nossa pesquisa, a partir da ação dos professores, alunos e da gestão no Colégio Polivalente de Uruaçu, que as práticas educacionais no âmbito da disciplina de Ensino Religioso vem buscando se adaptar e atender as demandas da legislação de 2009, sendo assim, importante para formação dos alunos, sem estar vinculado diretamente a uma religião.

Portanto, estamos diante de um tema importante e desafiador para a escola e seus integrantes, pois a cada instante surge um novo tipo de conhecimento e a instituição escolar deve estar apta para atender as demandas da sociedade e dos seus integrantes. Sendo assim, o Ensino Religioso é uma disciplina importante do currículo, associada ao saber de outras Ciências Humanas, como a História, a Sociologia e a Antropologia. Ademais, ainda temos a Ciência da Religião que vem contribuir com a formação cultural e indenitária dos jovens, pois nessa forma de Ensino, o conhecimento religioso não está associado a uma doutrina.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALTMANN, Walter. **Prefácio**. In: REIMER, Haroldo. *Liberdade Religiosa na História e nas Constituições do Brasil*. São Leopoldo: Oikos, 2013.

ALVES, Amone Inácia. **O campo da educação em Goiás: o dilema do Ensino Público**. João Pessoa, UFPB, 2012.

AZEVEDO, Dermi. **A Igreja Católica e seu papel político no Brasil**. São Paulo, Revista Estudos Avançados. Volume: 18, número:52 set/dez, 2004.

BETHELL, Leslie. **História da América Latina**. São Paulo, Edusp, 1998.

CASTRO, José Luiz. **A organização da Igreja Católica na Capitânia de Goiás (1726-1824)**. Goiânia, UFG, 1998. (Dissertação de Mestrado).

CASTRO, Raimundo Márcio Mota de. **História do Ensino Religioso em Goiás: caminhos investigativos de um campo em construção**. Curitiba, PUC, 2015.

CUNHA, Luiz Antônio. **Hegemonia e Confronto na Produção da Segunda LDB: o ensino religioso nas escolas públicas**. Pro-Posições. V. 25, n. 1(73), p. 141 – 159. Jan./abr. 2014.

DE SÁ, Ezeqson Fernandes. **Uruaçu e sua História (1909-2005)**. Goiânia: Editora Kelps, 2005.

FARIA, Marlene Aparecida da Silva & Sandramara Matias Chaves. Reorientação Curricular: avaliação do impacto na prática do professor de matemática do ensino fundamental de Goiânia-GO. **Anais do XIII CIAEM-IACME** (Conferência Interamericana de Educação Matemática), Recife, Brasil, 2011. p. 1-12. Disponível em https://ciaem-redumate.org/ocs/index.php/xiii_ciaem/xiii_ciaem/paper/viewFile/1312/1049 data de acesso 11/11/2018.

FREYRE, Gilberto. **Casa Grande & Senzala**. Rio de Janeiro, Record. 2000.

GOIÁS. **Perfil biográfico de Sebastião Gonçalves de Almeida**. Disponível em: <https://portal.al.go.leg.br/deputado/perfil/deputado/1456>. Acesso em 09 de fevereiro de 2019.

_____. **Resolução CEE nº 285**. Estado de Goiás: Conselho Estadual de Educação, 9 de dezembro de 2005.

_____. **Resolução CEE nº 2**. Estado de Goiás: Conselho Estadual de Educação, 2 de fevereiro de 2007.

_____. **Currículo em Debate**. Estado de Goiás: Conselho Estadual de Educação, 2009.

HOLANDA, Sérgio Buarque. **Raízes do Brasil**. São Paulo, Companhia das Letras, 1995.

JÚNIOR, Caio Prado. **Formação do Brasil Contemporâneo**. São Paulo, Brasiliense, 1994.

_____. **História Econômica do Brasil**. São Paulo, Brasiliense, 2004.

JUNQUEIRA, Sérgio Rogério Azevedo (org.). **Compendio do Ensino Religioso**. São Paulo: Vozes, 2017.

JUNQUEIRA, Sérgio Rogério Azevedo. **Ensino religioso no Brasil**. Florianópolis, Insular, 2015.

_____. **História, Legislação e Fundamentos do Ensino Religioso**. São Paulo: InterSaberes, 2008.

LOPES, Évely Adriana de Lima. **O Ensino Religioso nas escolas públicas estaduais de Aparecida de Goiânia: entre discursos e práticas**. Goiânia, Cepae, UFG, S/D.

MAESTRI, Mário. **O escravismo colonial**. São Paulo: Atual, 1994.

MARTINS, Zildete Inácio de Oliveira. **A Pedagogia Católica Clássica e a Proposta Pedagógica Jesuítica Contemporânea**. Goiânia: Fragmentos de Cultura, vol. 19, nº 5/6., mai./jun., 2009.

MATTOSO, Kátia. **Ser escravo no Brasil**. São Paulo, Brasiliense, 1990.

MOTA, Raimundo Márcio. **O sistema brasileiro de ensino e o lugar do ensino religioso**. In: JUNQUEIRA, Sérgio Rogério Azevedo (org.). *Ensino religioso no Brasil*. Florianópolis: Insular, 2015.

NORONHA, Olinda Maria Ribeiro. **História da Educação: a Escola no Brasil**. São Paulo: FTD, 1994.

PALACIN, Luis. **A ausência do índio na memória goiana**. Goiânia, Ciências Humanas em Revista. Jan/dez, 1992.

PAULO VI, Papa. **Declaração Gravissimum Educationis Sobre a Educação Cristã**. Roma: 28 de outubro de 1965.

POLONIAL, Juscelino. **Terra do Anhanguera: História de Goiás**. Goiânia, Kelps, 2013.

REIMER, Haroldo. **Liberdade Religiosa na História e nas Constituições do Brasil**. São Leopoldo: Oikos, 2013.

ROMANELLI, Ataíde de Oliveira. **História da Educação no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2009.

SANTOS, Leila Borges Dias. **Catolicismo em Goiás durante os bispados de Dom Cláudio José Ponce de Leão (1881-1890) e de Dom Eduardo Duarte da Silva (1891-1907), o auge do ultramontanismo em Goiás**. Goiânia. XI Simpósio Nacional da Associação Brasileira de História das Religiões, UFG, 2009.